

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP

Lucas Vieira de Oliveira – ER 04983

**UNIVERSIDADES AMIGAS DA PESSOA IDOSA: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE VIÇOSA**

Área de concentração: Administração Pública
Linha de pesquisa: Política, Gestão e Organizações Públicas

Viçosa-MG
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP

Lucas Vieira de Oliveira – ER 04983

**UNIVERSIDADES AMIGAS DA PESSOA IDOSA: O CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE VIÇOSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientação: Prof.^a Simone Martins.

Coorientação: Prof.^a Andréia Queiroz Ribeiro e Pesquisadora Cristina Caetano de Aguiar.

Área de concentração: Administração Pública
Linha de pesquisa: Política, Gestão e Organizações Públicas

Viçosa-MG
2024

Às pessoas que se dedicam à temática da pessoa idosa e que contribuem para a qualidade de vida desse público.

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me apoiaram e me inspiraram para a realização de mais esse sonho em minha vida, às quais venho expressar minha sincera gratidão.

Primeiramente, agradeço a Jeová Deus por todas as oportunidades concedidas a mim, pela força, sabedoria, proteção e tranquilidade nos momentos de fraqueza e dificuldades.

Ao meu Pai Onofre (*in memoriam*) e à minha Mãe Ana Maria, pelo amor, carinho e atenção que sempre me deram.

De forma incondicional à minha esposa Gabriela e à nossa filha Maria Clara, pelo apoio, pela presença constante, incentivo e paciência, sempre me fazendo acreditar que posso mais do que imagino.

À minha irmã Cida e à minha sobrinha Juliana.

À Universidade Federal de Viçosa- UFV, seus docentes e funcionários, que, desde 2014, quando ingressei no extinto Departamento de Economia Doméstica e atualmente Departamento de Serviço Social, me acompanham neste meu percurso acadêmico e que contribuíram nos meus estudos.

À Professora Simone Martins, minha orientadora, pela sua amizade acolhedora, pelo seu apoio e disponibilidade permanentes, pela compreensão das minhas dificuldades, pelo aconselhamento sempre assertivo e pelo estímulo constante, que seguramente foram fundamentais para que eu pudesse obter êxito em minha pesquisa.

Às minhas coorientadoras Andréia Queiroz Ribeiro e Cristina Caetano de Aguiar pelo apoio fundamental.

Ao Professor Odemir Vieira Baêta, pelo incentivo e apoio.

À Professora Mariana Reis Santimaria, da PUC Campinas, pelas suas contribuições, e por intermédio dela, atual líder regional no *Age-Friendly University Movement* na América do Sul, agradeço também à *Age-Friendly University Global Network - AFUGN*.

Aos docentes, técnico-administrativos, discentes e toda equipe do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP.

Aos meus colegas de trabalho no DSE/UFV.

Aos meus amigos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio.

E, a quaisquer outras pessoas e instituições, nacionais e internacionais, que direta ou indiretamente inspiraram e contribuíram para esta minha dissertação, deixo aqui o meu muito obrigado!

***“Recebi uma segunda chance,
mas para fazer o novo e não de novo!”***

Fábio Menezes.

RESUMO

OLIVEIRA, Lucas Vieira de. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2024. **Universidades Amigas da Pessoa Idosa: o caso da Universidade Federal de Viçosa**. Orientadora: Simone Martins. Coorientadores: Andréia Queiroz Ribeiro e Cristina Caetano de Aguiar.

Objetivo da pesquisa: A presente pesquisa buscou compreender como a Universidade Federal de Viçosa está se organizando e quais são as evidências que a qualificam para a inserção na *Age-Friendly University Global Network* (AFUGN). Enquadramento teórico: Para tanto, elaborou-se um estudo de abordagem qualitativa fundada na lente teórica sobre o fenômeno do envelhecimento populacional, o papel das universidades frente a esse fenômeno e a iniciativa AFUGN. Metodologia: Como estratégias metodológicas, utilizou-se a pesquisa descritiva e a documental. Para o tratamento dos resultados foram realizadas interpretações e inferências baseadas na análise indutiva que resultou em codificação pelo aspecto semântico dos documentos analisados. Resultados: Os resultados indicaram que a UFV já se qualifica como sendo uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, embora seu processo de adesão à AFUGN ainda não tenha sido concluído. Ao comparar as ações desenvolvidas pela universidade com os princípios da AFUGN, verificou-se que a maioria deles são amplamente atendidos em seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. Originalidade: Considerando que no Brasil somente uma universidade faz parte da iniciativa AFUGN, a originalidade da pesquisa está em analisar como ocorre um processo de preparação e de adesão de uma universidade a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa (tradução). Contribuições práticas: Do estudo gerou-se uma cartilha com orientações práticas para instruir o processo de adesão como forma de incentivar outras instituições de ensino a se aderirem e assumirem a missão de colaborar com governos e sociedade na valorização da velhice e no fomento às políticas e ações que qualifiquem a vida das pessoas idosas e de toda a sociedade.

Palavras-chave: Envelhecimento, Universidades Amigas da Pessoa Idosa, AFUGN.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Lucas Vieira de. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, november of 2024. **Age-Friendly University: the case of the Federal University of Viçosa.** Adviser: Simone Martins. Co-adviser: Andreia Queiroz Ribeiro and Cristina Caetano de Aguiar.

Research objective: This study seeks to understand how the Federal University of Viçosa is organizing itself and what evidence qualifies it for inclusion in the Age-Friendly University Global Network. Theoretical framework: To this end, a qualitative study was developed based on the theoretical lens of the phenomenon of population aging, the role of universities in this phenomenon, and the Global Network of Age-Friendly Universities initiative. Methodology: Descriptive and documentary research were used as methodological strategies. To process the results, interpretations and inferences were made based on inductive analysis, which resulted in coding by the semantic aspect of the documents analyzed. Results: The results indicate that the UFV already qualifies as an Age-Friendly University, although its process of joining the AFUGN has not yet been completed. When comparing the actions developed by the university with the principles of the AFUGN, it was found that most of them are widely met in its teaching, research, and extension projects. Originality: Considering that in Brazil only one university is part of the AFUGN initiative, the originality of the research lies in analyzing how a university prepares and joins the Age-Friendly University Global Network. Practical contributions: The study generated a guidebook for the membership process as a way to encourage other educational institutions to join and take on the mission of collaborating with governments and society in valuing old age and promoting policies and actions that improve the lives of these people and society as a whole.

Keywords: Aging, Age-Friendly University Global Network, AFUGN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Processo de Adesão à Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa	29
Figura 2. Atividade de Pesquisa e Extensão desenvolvida pela UFV	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Princípios de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa	27
Quadro 2. Documentos utilizados para a análise dos dados	32
Quadro 3. Participantes do Comitê Gestor e seus respectivos Departamentos/Órgão	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2 Objetivos.....	15
1.3 Justificativa e relevância da pesquisa.....	15
1.4 Estrutura do Trabalho	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Envelhecimento Populacional: conquistas e desafios	17
2.2. O papel das universidades frente ao envelhecimento populacional	22
2.3. A Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa e seus princípios	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1. Apresentação da Unidade de Estudo: Universidade Federal de Viçosa.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1. Organização da UFV para inserção na <i>AFUGN</i>	35
4.1.1 A decisão pela adesão	35
4.1.2 A preparação para a adesão	37
4.2. Análise das ações da UFV.....	39
5. PTT (Proposta de protocolo de adesão da UFV à Universidade Amiga da Pessoa Idosa).	Erro! Indicador não definido.
6. CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1. INTRODUÇÃO

A mudança na estrutura demográfica é uma das mais significativas tendências do século XXI e impacta toda a dinâmica social. De acordo com uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até o ano de 2050 é previsto que haja duas pessoas com mais de 65 anos para cada criança ou adolescente em nossa sociedade. Esse progressivo aumento da população idosa justifica-se por diversos fatores que vão desde o declínio da taxa de natalidade e mortalidade, o crescente processo de urbanização, as melhorias dos aspectos de saneamento, até os avanços da ciência (LIMA e SILVA, 2014; CAMARANO, KANSO e FERNANDES, 2014).

O Brasil, assim como outros países, vem passando por mudanças em sua estrutura demográfica desde meados do século XX. Conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2022, a média de expectativa de vida do brasileiro era de 75,5 anos, representando um aumento de mais de 40 anos na expectativa de vida, quando comparados aos nascidos há 100 anos atrás, que era de aproximadamente 35 anos (KALACHE, 2005). Já o índice de envelhecimento, considerando a população com 60 anos ou mais, passou de 44,8 em 2010 para 80 em 2022, o que significa que, para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, existem 80 pessoas idosas. No Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o número de pessoas idosas com 60 anos ou mais já ultrapassou o de crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2022).

Tal prognóstico representa um acontecimento histórico, refletindo uma evolução da humanidade no que concerne à questão da longevidade. Todavia, impõe desafios de toda ordem (social, econômica, política) para os gestores públicos e para toda a sociedade chamando a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Como apontado por Camarano, Kanso e Mello (2004), o envelhecimento da população é acompanhado pelo envelhecimento não somente do indivíduo, mas de outros segmentos populacionais, como a População Economicamente Ativa (PEA). Esse processo altera a vida da pessoa idosa, as estruturas familiares e a sociedade e deve ser considerado no planejamento social e econômico de um país, uma vez que sinaliza demandas para os formuladores de políticas públicas. Segundo Fonseca (2016), temas como a seguridade social, saúde, bem-estar, habitação, transporte,

mobilidade, dentre outros, precisam ser revisitados de modo a garantir um envelhecimento ativo.

Atuando em resposta ao fenômeno do envelhecimento da população global, no ano de 2012, a fim de identificar as contribuições que poderiam ser feitas pelas instituições de ensino superior no atendimento às pessoas idosas, a *Dublin City University* (DCU), localizada na Irlanda, desenvolveu os 10 princípios de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa (*Age-Friendly University*, em inglês), que, posteriormente viria a se transformar em uma rede global apoiada pela OMS, intitulada: *Age-Friendly University Global Network* (AFUGN), ressaltando o papel singular que as instituições de ensino poderiam desempenhar ao responder às demandas associadas ao envelhecimento na sociedade em todo o mundo.

A AFUGN é uma iniciativa que colabora para responder à convocação da OMS e da Organização das Nações Unidas (ONU) referente ao Plano da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), lançado em dezembro de 2020. O plano foi construído levando em consideração orientações anteriores, como, a Estratégia Global e o Plano de Ação da Organização Mundial da Saúde sobre Envelhecimento e Saúde 2016-2020, a Declaração Política e o Plano de Ação das Nações Unidas de Madri sobre o Envelhecimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Nesse plano, embora haja o reconhecimento da conquista da longevidade, há também os desafios impostos pelo fenômeno do envelhecimento. Ainda, em suas orientações destaca a necessidade de realização de ações colaborativas entre governo, sociedade civil, organizações internacionais, profissionais, meios de comunicação, setor privado e instituições de ensino, para proporcionar melhorias significativas na qualidade de vida da população idosa, abrangendo, conseqüentemente, suas famílias e a comunidade em que pertencem (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020). Dessa forma, o plano atribui às universidades um relevante papel a ser desempenhado para o desenvolvimento em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as idades.

1.1 Problema de Pesquisa

Considerando o potencial da Rede Global para incentivar o desenvolvimento de ações transformadoras a partir das universidades e, levando em consideração o histórico de iniciativas de pesquisa, extensão, ensino e inovação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em relação a temática do envelhecimento, que se encontra em concordância com agendas nacionais e internacionais, especialmente da ONU e da OMS, no que se referem aos objetivos de desenvolvimento sustentável e ao Plano Global de Ações da Década do Envelhecimento Saudável, o que já a denomina como uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, apresentou-se o seguinte problema de pesquisa: Como a UFV está se organizando para a inserção na Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa? O que qualifica a UFV para a inserção na *Age-Friendly University Global Network (AFUGN)*?

Acredita-se que a realização do estudo de caso na Universidade Federal de Viçosa poderá servir de orientação para outras universidades brasileiras, visto que no Brasil, até o momento, somente uma instituição integra a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoas Idosas - AFUGN.

1.2 Objetivos

O Objetivo desta dissertação consiste em compreender como a Universidade Federal de Viçosa está se organizando e quais são as evidências que a qualificam para a inserção na Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa.

Especificamente, buscou-se:

- Analisar o panorama atual da AFUGN a fim de atualizar as exigências para a inserção das universidades na Rede.
- Verificar como foi composta a comissão de credenciamento da UFV à Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa.
- Realizar o levantamento das ações desenvolvidas pela UFV sobre a temática do envelhecimento, analisando o seu cumprimento aos princípios da AFUGN.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

Para além da importância da temática sobre o envelhecimento populacional e os desafios atrelados a essa nova estrutura demográfica, como justificativa para a

realização do estudo, têm-se a considerar que as universidades são locus de produção de conhecimentos, local propício para a formação de redes de apoio, para o fomento de políticas locais, nacionais e para se trabalhar com agendas globais (MARTINS et. al, 2023). Ainda, que as instituições universitárias têm a possibilidade de oferecer inúmeras oportunidades de crescimento pessoal, quer seja por meio de programas educacionais, pesquisas, atividades recreativas, quer seja como espaços de socialização. Além disso, as universidades fornecem meios para que os indivíduos se conectem e contribuam para a sociedade em que vivem através de pesquisas e atividades acadêmicas, trabalho, voluntariado e ações sociais.

Assim, compreende-se a importância das universidades na formação de redes e no fortalecimento de políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo e saudável. Conseqüentemente, destaca-se a importância de aprofundar os conhecimentos sobre iniciativas como a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa a fim de colaborar com a difusão das informações e na sensibilização para um trabalho colaborativo, como alternativa para o enfrentamento dos desafios inerentes ao fenômeno do acelerado processo de envelhecimento populacional. Ademais, essa é uma ação incipiente no Brasil, visto que apenas a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas) é credenciada à Rede; logo, o estudo poderá contribuir para que mais instituições se tornem Amigas da Pessoa Idosa.

A escolha da Universidade Federal de Viçosa se deu em função do grande número de ações voltadas para o tema envelhecimento e políticas para a pessoa idosa, trabalhando de forma indissociável o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação.

Considerando que no Brasil somente uma universidade faz parte da iniciativa *Age-Friendly University Global Network*, julgou-se pertinente analisar todo o processo de preparação da UFV, a partir dos relatórios gerados e atas de reuniões, como forma de incentivar outras instituições de ensino a se aderirem e assumirem a missão de colaborar com governos e sociedade na valorização da velhice e no fomento às políticas e ações que qualifiquem a vida dessas pessoas e de toda a sociedade.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi estruturado em capítulos, sendo eles:

- 1) Uma introdução, onde se expôs o contexto sobre o envelhecimento populacional e a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa. Também, apresentou-se o problema de pesquisa, os objetivos propostos na execução do trabalho e sua relevância.
- 2) A revisão de literatura que trouxe o fenômeno do envelhecimento populacional, o papel das universidades frente a esse fenômeno e a iniciativa da Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa.
- 3) Os procedimentos metodológicos, onde foram apresentadas as técnicas de pesquisa utilizadas para atingir os objetivos propostos.
- 4) Os resultados encontrados em relação ao processo de adesão da UFV à AFUGN, além de uma discussão com a literatura pertinente.
- 5) Por fim, as considerações finais que sintetizam a discussão levantada ao longo do trabalho evidenciando os principais achados da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi composto por temas que levam a reflexões sobre o processo de envelhecimento populacional, os principais marcos normativos criados para a população idosa, o papel e as contribuições das universidades diante o processo de envelhecimento, e como ocorre a adesão das instituições de ensino à Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa.

2.1 Envelhecimento Populacional: conquistas e desafios

As pesquisas seguem indicando, continuamente, que as pessoas em todo o mundo estão vivendo mais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que o envelhecimento da população consiste em uma das maiores conquistas da história humana, pois, pela primeira vez a maior parte dos sujeitos podem ter uma expectativa de vida acima dos 60 anos de idade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005). Diferentes autores afirmam que tal acontecimento pode estar associado aos avanços da medicina, a melhoria do saneamento básico e das condições de vida, com

repercussões na qualidade de vida (MANHÃES, ISTOE e SOUZA, 2015; FERNANDES, MEUCCI e GEREMIAS, 2021).

No Brasil, uma pessoa nascida no ano de 2022 tinha expectativa de viver, em média, até os 75,5 anos, sendo que, para os homens, esta expectativa diminuiu para 72 anos, e para as mulheres aumenta para 79 anos. Estimativas indicam que a esperança de vida diminuiu de 2019 a 2022 devido ao aumento das mortes relacionadas à pandemia de COVID-19 (IBGE, 2022).

Ainda, dados do Censo Demográfico de 2022 apontam que o Brasil já contabiliza 37.814 pessoas com 100 anos ou mais. Ao analisar o contexto, em 1950, esse contingente populacional brasileiro era de 9.689; em 1991, era de 13.865; passando a 24.576 em 2000; 22.676 em 2010; até atingir as 37.814 pessoas centenárias no mais recente recenseamento, evidenciando um aumento de 66,75% nos últimos doze anos.

Tais dados refletem o acelerado processo de envelhecimento da população brasileira nas últimas décadas. De acordo com dados do IBGE, em 1970, a população idosa com 60 anos ou mais correspondia a 5% da população total. Já em 1980, passou para 6%; em 1990, para 7%; no ano 2000, chegou a 8%; e em 2010 foi para 10,8%. Mais recentemente, em 2022, a proporção de pessoas idosas equivale a 15,6% de toda a população, representando um aumento de 56% em relação ao último censo. Além disso, as projeções indicam que no próximo ano (2025), o Brasil será o 6º país do mundo em números de pessoas idosas.

O fenômeno mundial do envelhecimento populacional, embora seja uma conquista, provoca grandes desafios, haja vista uma dificuldade e até mesmo indisponibilidade de serviços a essa nova demanda do público idoso, quer seja quanto à disponibilidade de estrutura física e tecnologias específicas, quer seja quanto à escassez de profissionais preparados a trabalhar com pessoas idosas. Segundo Martins e Ribeiro (2018), este processo torna urgente mudanças estruturais e comportamentais que serão necessárias para a promoção de envelhecer com qualidade de vida, ainda que em um contexto de menor desenvolvimento econômico.

Embora o envelhecimento faça parte de um processo natural de transformações biológicas relacionadas aos ciclos de vida do indivíduo, ele não é um acontecimento homogêneo ou estático, visto que cada pessoa vivencia esse ciclo de vida de diferentes maneiras, considerando sua trajetória individual e as condições econômicas, de saúde, educação e, ainda, gênero, etnia, contexto familiar e territorial

(BRASIL, 2017). Ainda é preciso considerar que no Brasil, além de heterogêneo, o envelhecimento é desigual. Há diferenças significativas de expectativa e de qualidade de vida nas diferentes classes sociais e econômicas. Nesse sentido, Bulla e Kaefer (2003, p. 73) salienta que “é importante, portanto, compreender o idoso em suas diversas formas de ser, respeitando suas maneiras de viver, pois o fato de determinadas pessoas estarem em uma mesma faixa etária não significa que tenham passado pelas mesmas vivências e que apresentem as mesmas características”.

Outro fator importante e que precisa ser considerado é que o aumento da população idosa vem ocorrendo em um contexto de grandes mudanças nas estruturas familiares, dentre elas, pode-se citar: a diminuição da fecundidade, o que gera famílias menores; a inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo essa a principal cuidadora das pessoas idosas; a migração dos jovens em busca de trabalho ou estudo fora de seus lugares de origem; o aumento dos divórcios e dos recasamentos, dentre outros tipos de arranjos familiares. Todas essas transformações podem causar dificuldades na forma como as famílias se organizam para cuidar das pessoas idosas, principalmente daquelas que necessitam de cuidados frequentes (BRASIL, 2017).

Tal fenômeno constatado faz emergir uma gama de questões fundamentais para os pesquisadores ressoando em toda a sociedade, principalmente em um contexto de alta desigualdade social, pobreza e fragilidade das instituições ao redor do mundo.

Embora o envelhecimento apresente inúmeros desafios, há também de se considerar as conquistas legais e de direitos que foram criados por meio desse fenômeno. Nas últimas décadas do século XX inúmeras políticas voltadas ao envelhecimento populacional emergiram no Brasil e no exterior.

No contexto internacional, as discussões sobre a proteção aos direitos e ao bem-estar das pessoas idosas tiveram início na I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, ocorrida em 1982, resultando na elaboração do Plano de Viena. As recomendações do plano referiam-se à saúde e nutrição; à proteção ao consumidor idoso; à moradia e ao meio ambiente; ao bem-estar social; à previdência social; ao trabalho, à educação e à família (NACIONES UNIDAS, 1982).

No Brasil, as discussões sobre os direitos das pessoas idosas tiveram como marco inicial a Lei “Eloy Chaves”, promulgada em 1923 pelo Decreto Lei nº 4.682, que instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas ferroviárias, e que depois se estendeu para outras categorias (FERREIRA e

TEIXEIRA, 2014). Embora a referida lei seja considerada um marco importante para a proteção à pessoa idosa, por ser a primeira iniciativa de que se tem registro sobre a garantia de aposentadorias, foi somente em 1986, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde que surgiram propostas para a elaboração de uma política de assistência global à população idosa influenciada pelo Plano de Viena. A partir de então, o envelhecimento passou a fazer parte da agenda governamental brasileira (MARTINS e RIBEIRO, 2018).

No entanto, os grandes avanços em políticas de proteção social às pessoas idosas foram dados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), que trouxe o conceito de seguridade social para além do contexto estritamente social-trabalhista e assistencialista, mas como um direito de cidadania (CAMARANO e PASINATO, 2004). Foi a partir da CF/88 que ficou estabelecida a cobertura universal das necessidades das pessoas idosas, com base na seguridade social, por meio de programas de saúde, de assistência e de previdência, estruturados numa rede de proteção descentralizada, integrada e participativa. Desse modo, a Constituição assegura tanto a garantia de renda – como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – como o fornecimento de serviços especializados prestados pela assistência social.

No ano de 1994, com base nas diretrizes lançadas pela Constituição Federal e sob forte influência dos avanços e recomendações dos debates internacionais sobre a questão do envelhecimento, a Política Nacional da Pessoa Idosa foi aprovada. A Lei nº 8.842/1994 que institui a Política Nacional da Pessoa Idosa (PNPI), inicialmente intitulada Política Nacional do Idoso, foi regulamentada pelo Decreto nº 1.948/1996. Essa política é fruto da reivindicação da sociedade e de amplos debates e consultas ocorridos nos Estados, com a participação de pessoas idosas, pesquisadores, profissionais da área de gerontologia, geriatria e diferentes entidades representativas desse segmento, os quais elaboraram um documento que serviu de referência para o texto base da lei.

Dentre as principais diretrizes norteadoras da PNPI estão: incentivar e viabilizar formas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa junto às demais gerações; atuar junto às organizações representativas dos interesses das pessoas idosas com vistas à formulação, implementação e avaliação das políticas, planos e projetos; priorizar o atendimento das pessoas idosas em condição de vulnerabilidade por suas próprias famílias em detrimento ao atendimento asilar; priorizar o atendimento da pessoa idosa em órgãos públicos e privados prestadores de serviços;

e fomentar a discussão e o desenvolvimento de estudos referentes à questão do envelhecimento (BRASIL, 1994).

Objetivando reforçar e aprimorar as diretrizes contidas na Política Nacional da Pessoa Idosa, muitas já asseguradas pela Constituição Federal de 1988, entrou em vigor em 1º de outubro de 2003, a Lei nº 10.741, que aprova o Estatuto do Idoso, atualmente denominado Estatuto da Pessoa Idosa. Estruturado em 118 artigos, divididos em 07 títulos, o Estatuto abrange as dimensões de direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde, à educação, cultura, esporte e lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à habitação e ao transporte (BRASIL, 2003). A aprovação do Estatuto representou um passo importante no arcabouço jurídico brasileiro, visto que, até então, a legislação relativa a pessoas idosas era fragmentada em ordenamentos jurídicos setoriais ou em instrumentos de gestão política (CAMARANO e PASINATO, 2004).

Além da política nacional e do Estatuto, outras normas e políticas setoriais emergiram para colaborar e ampliar a proteção e defesa de direitos da pessoa idosa. Dentre elas, estão: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e o Fundo Nacional da Pessoa Idosa, que é destinado a financiar os programas e as ações relativas à essa população com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 2010).

Haja vista as populações em todo o mundo estarem envelhecendo rapidamente, a OMS segue organizando estratégias para fazer com que este envelhecimento seja mais saudável. Diante desse cenário, em dezembro de 2020, a Assembleia Geral das Nações Unidas trouxe o projeto a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) como estratégia para alcançar e apoiar ações de construção de uma sociedade para todas as idades, com base em movimentos já realizados anteriormente, tais como, a Estratégia Global sobre Envelhecimento e Saúde da OMS, o Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento da ONU de Madrid e alinhado com o cronograma da Agenda 2030 das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Conforme declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Década do Envelhecimento Saudável constitui-se a principal estratégia para construir uma sociedade para todas as idades. Dentre as iniciativas empreendidas como parte da Década do Envelhecimento da ONU estão: I) mudanças na forma como as pessoas

pensam, sentem e agem em relação à idade e ao envelhecimento; II) facilitar a capacidade das pessoas idosas de participar e contribuir com suas comunidades e sociedade; III) prestar atenção integrada e serviços de saúde primários que atendam às necessidades do indivíduo; e IV) prover acesso a cuidados de longa duração para pessoas idosas que deles necessitem.

Importante ressaltar que a Década do Envelhecimento Saudável demanda uma resposta integral conjunta. Logo, a OMS, através dessa proposta, conclama a todos, seja na esfera individual, a sociedade civil, o meio acadêmico, os setores público e privado, a tomarem posições urgentes e relevantes visando à construção de bases de um envelhecimento populacional a ser benéfico a toda a sociedade.

2.2. O papel das universidades frente ao envelhecimento populacional

Até o ano de 1970, a educação sistematizada para pessoas idosas restringia-se basicamente aos programas de alfabetização. No entanto, a partir da década de 80 é possível constatar que as universidades abriram um espaço educacional, tanto para a população idosa como para os profissionais interessados nos estudos sobre o envelhecimento (CACHIONI, 2018). Foi nessa época que as pesquisas focadas na gerontologia educacional começaram a se estabelecer e diversos autores voltaram sua atenção à educação de pessoas idosas (MARTÍN GARCÍA, 1994).

De acordo com o grupo de trabalho da Sociedade Gerontológica da América, sediada nos Estados Unidos, o envelhecimento da população evidencia uma realidade onde cada vez mais pessoas com mais idade têm procurado o ensino superior, seja para satisfazer seus anseios profissionais, pessoais ou acadêmicos, à medida que passam a ter uma vida profissional mais longa em virtude do aumento da expectativa de vida.

O direito à educação é universal e constitucional, garantido pela Constituição Federal de 1988. Em se tratando especificamente da pessoa idosa, tanto a Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional da Pessoa Idosa (PNPI) e o Estatuto da Pessoa Idosa, abordam sobre esse direito.

A Política da Pessoa Idosa em seu artigo IV, capítulo 10, versa sobre a educação desse público dizendo que é preciso:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber (BRASIL, 1994).

Nota-se que a referida lei recomenda a proposição de melhorias das condições de estudo nas universidades para que as pessoas idosas possam aprender com mais facilidade, criando programas específicos e adequando metodologias e materiais didáticos, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento. De acordo com Lins (2020), com exceção do apoio à criação de Universidade Aberta para a Terceira Idade (UNATI), as outras diretrizes citadas pela PNPI ainda não haviam sido concretizadas.

No Estatuto da Pessoa Idosa, outro marco legal importante, o direito à educação também é abordado. O artigo 20 diz que “o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, 2010). Nota-se que, além de reforçar o direito das pessoas idosas à educação, o estatuto alerta que é preciso garantir que esta educação respeite as peculiaridades advindas com o avanço da idade. O Estatuto ainda atribui como responsabilidade do poder público a criação de oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados (BRASIL, 2010).

Ainda que legalmente o direito à educação seja garantido às pessoas idosas, na realidade a oferta de educação superior para esse público fica aquém do desejado, mesmo considerando as diferentes formas de acesso (REZENDE e RAMOS, 2023). Segundo Assis, Dias & Necha (2016), ainda será preciso muito investimento para suprir a carência acumulada ao longo dos anos em relação ao acesso das pessoas idosas às formas de saber.

Como meio de universalizar o acesso à educação e resguardar os direitos da pessoa idosa, tanto o Estatuto quanto a Política Nacional da Pessoa Idosa propõem a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade. As Universidades Abertas surgem como uma das formas de atuação das universidades na educação das pessoas idosas, sem necessariamente, ser na oferta de cursos superiores (REZENDE e RAMOS, 2023).

As Universidades para a Terceira Idade, também denominadas Universidades Interidades, de Todas as Idades, do Tempo Livre, dos Idosos, constituem modelos de formação de adultos e, independente de qual seja a sua denominação, devem permanecer vinculadas a uma instituição de ensino superior. Estas são locus de prestação de serviços, investigação e criação de alternativas inovadoras, transmissão de conhecimento, aperfeiçoamento de recursos humanos e formação qualificada, impulsionando a geração de conhecimento sobre o envelhecimento humano, demonstrando um grande sucesso a nível mundial (GOMES, LOURES e ALENCAR, 2005).

Os objetivos das UNATIs são proporcionar programas de educação permanente de caráter universitário e multidisciplinar (Cachioni, 2018), além de rever os estereótipos e preconceitos associados à velhice, promover a autoestima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social em busca de uma velhice bem-sucedida (FENALTI e SCHWARTZ, 2003).

Historicamente, a primeira geração das UNATI's surgiu no final da década de 1960 com o intuito de promover às pessoas idosas atividades ocupacionais e lúdicas, favorecendo as relações sociais e diminuindo o isolamento social (PEIXOTO, 1997; IRIGARAY e SCHNEIDER, 2008). A segunda geração das UNATI's passou a ser enfatizada com a estruturação da universidade em 1973, sendo a precursora das UNATI's voltada ainda apenas ao ensino e à pesquisa. Foi somente em 1980 que a terceira geração das UNATI's se ampliou no âmbito das três características basilares da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão (VERAS e CALDAS, 2004).

No Brasil, o primeiro programa de Universidade para a Terceira Idade surgiu em 1982 na cidade de Florianópolis, por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. O programa tinha como objetivo realizar estudos e pesquisas sobre o envelhecimento, divulgar conhecimentos técnico-científicos, auxiliar na formação de recursos humanos e promover o cidadão idoso (PACHECO, 2003).

No ano de 1990 surgiu o primeiro programa do estado de São Paulo, por meio da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O programa Universidade da Terceira Idade foi criado com vistas a promover a educação permanente e de estimular a inserção social das pessoas idosas, utilizando um trabalho interdisciplinar e interdepartamental voltado à comunidade (PACHECO, 2003). E, em 1993, foi criada

a Universidade Aberta para a Terceira Idade no Estado do Rio de Janeiro (UNATI/UERJ), sendo esta experiência considerada por alguns autores como uma das maiores até então ocorridas no Brasil (VERAS e CALDAS, 2004; VERAS e CAMARGO, 1995).

Importante ressaltar que a maioria das UNATIs nas universidades brasileiras possuem vínculo com programas de extensão de diferentes departamentos que desenvolvem projetos voltados ao atendimento da pessoa idosa. Como exemplo, pode-se citar o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI), um convênio entre a Prefeitura Municipal de Viçosa-MG e a Universidade Federal de Viçosa, unidade de análise deste trabalho. O programa oferece atividades e serviços voltados ao público idoso, contando com o apoio de diferentes departamentos e professores da UFV e outras instituições do município. Segundo Ribeiro e Oliveira (2014, p. 14),

Os idosos têm a oportunidade de participarem de um diversificado elenco de atividades realizadas no âmbito das ações de ensino, pesquisa e extensão da universidade, coordenadas por docentes dos Departamentos de Nutrição e Saúde, de Economia Doméstica, de Artes, de Educação Física, de Comunicação, de Agronomia, de Enfermagem e Medicina (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2014).

Com a criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade obtém-se um incentivo na inserção da temática sobre o envelhecimento nos debates acadêmicos, gerando, por conseguinte, novas produções de conhecimento e oportunidades de sociabilização para as pessoas idosas, que passam a possuir e ocupar um espaço de convivência numa sociedade, que tem por característica histórica os excluir de praticamente todas as esferas sociais. Conforme ressaltado por Sousa e Sousa (2019, p.13), os idosos procuram ambientes como a UNATI pois esses “oportunistam a socialização, atividades intergeracionais e o resgate da autoestima”.

Desse modo, as UNATIs consagram-se como um ambiente de promoção da integração, no qual a educação pode ser reafirmada por meio de novas aprendizagens e trocas intergeracionais, auxiliando as pessoas idosas a melhorar sua qualidade de vida física e mental, despertando-lhes a importância do autocuidado e da autovalorização, aumentando sua motivação, autoestima e resgatando sua cidadania (MARTINS e RIBEIRO; 2018).

Diante das mudanças demográficas e, cumprindo com o preconizado pela legislação brasileira, em especial com o Estatuto e a Política da Pessoa Idosa, e ainda, sob a ótica do tripé universitário, composto por ensino, pesquisa e extensão, é possível observar o potencial e as várias possibilidades de atuação e contribuição das

universidades para o envelhecimento ativo e saudável. Como colocado por Rezende e Ramos (2023), as universidades podem atuar como consultoras, realizar convênios e parcerias com prefeituras, governos estaduais e federal, oferecer serviços e desenvolver produtos e soluções para as pessoas idosas. Ainda segundo os autores, as universidades podem desenvolver iniciativas voltadas para a população idosa nos seus diversos campos de conhecimento e instalações físicas, como, por exemplo, acesso a tecnologias, alimentação, saúde, direitos humanos, música, atividades físicas, arquitetura, acessibilidade, tecnologia assistiva, medicamentos, apoio jurídico, acesso à leitura, atividades de lazer, passeios, assistência social, dentre outras.

Por fim, é possível afirmar que a universidade, além de sua função que visa preparar e formar profissionais qualificados, desempenha também um papel importante no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os fenômenos decorrentes do processo de envelhecimento humano, na geração de novas tecnologias e de conhecimentos fundamentais para a tomada de decisão em políticas públicas e na estruturação de serviços para o público idoso. Essas instituições possuem um papel relevante na melhoria da qualidade de vida e na garantia da cidadania das pessoas idosas para outras áreas além da educação (REZENDE e RAMOS, 2023).

2.3. A Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa e seus princípios

No ano de 2007 a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou o guia Global das Cidades Amigas do Idoso (*Age Friendly Cities*), visando inspirar municípios a criar comunidades mais inclusivas e acessíveis para indivíduos de todas as idades. Moldada através desse guia, que detalha uma variedade de características sugeridas para as comunidades se tornarem amigas das pessoas idosas, como por exemplo, espaços ao ar livre, transporte, participação social e cívica, comunicação e informação, a iniciativa da OMS acabou gerando o movimento global amigo do idoso (BARUSCH, 2013; LIDDLE, et. al., 2014; MENEZES e BROWN, 2018).

Em 2012, respondendo ao chamado da OMS para uma maior compatibilidade comunitária com as pessoas idosas, a *Dublin City University* (DCU), localizada na Irlanda, arquitetou a iniciativa global Universidade Amiga do Idoso, objetivando identificar as diferentes contribuições que as instituições de ensino superior poderiam dar na resposta aos interesses e necessidades de uma população em envelhecimento.

A Rede Global de Universidades Amigas das Pessoas Idosas (*Age-Friendly University Global Network - AFUGN*) é uma associação de instituições de ensino superior que busca promover um envelhecimento ativo e saudável, através de programas educacionais inovadores.

A iniciativa AFUGN reflete o trabalho de uma equipe internacional e interdisciplinar de educadores, além de um conselho consultivo externo composto por organizações de educação de adultos, grupos de defesa, associações de recreação e lazer, pesquisadores e políticos que juntos identificaram os 10 princípios que as instituições de ensino poderiam adotar para avaliar e desenvolver programas e políticas favoráveis às pessoas idosas.

Os 10 princípios (Quadro 1) incluem uma série de práticas concebidas para permitir que os indivíduos com mais idade se sintam valorizados, ouvidos, bem-vindos e incluídos nos campi universitários. E, para que uma determinada instituição de ensino venha a ser reconhecida e certificada, a Rede Global instituiu uma série de exigências e análises dos trabalhos desenvolvidos que precisam ser norteados pelos 10 princípios de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa.

Quadro 1. Princípios de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa

PRINCÍPIOS DE UMA UNIVERSIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA
1) Incentivar a participação das pessoas idosas em todas as atividades relevantes da universidade, inclusive os programas educacionais e de pesquisa.
2) Promover o desenvolvimento pessoal e profissional na segunda metade da vida e apoiar aqueles que desejam seguir uma segunda carreira.
3) Reconhecer a gama de necessidades educacionais de adultos mais velhos (desde aqueles que abandonaram a escola precocemente até aqueles que desejam obter qualificações de mestrado ou doutorado).
4) Promover o aprendizado intergeracional para facilitar o compartilhamento recíproco de conhecimentos entre alunos de todas as idades.
5) Ampliar o acesso às oportunidades educacionais on-line para adultos mais velhos, a fim de garantir uma diversidade de rotas de participação.
6) Garantir que a agenda de pesquisa da universidade seja informada pelas necessidades de uma sociedade em envelhecimento e promover o discurso público sobre como o ensino superior pode responder melhor aos diversos interesses e necessidades dos adultos mais velhos.
7) Aumentar a compreensão dos alunos sobre os dividendos da longevidade e a crescente complexidade e riqueza que o envelhecimento traz à nossa sociedade.
8) Melhorar o acesso dos idosos aos diversos programas de saúde e bem-estar da universidade e às suas atividades artísticas e culturais.
9) Envolver-se ativamente com a comunidade de aposentados da universidade.
10) Garantir o diálogo regular com organizações que representam os interesses da população idosa.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na *Age-Friendly University Global Network*

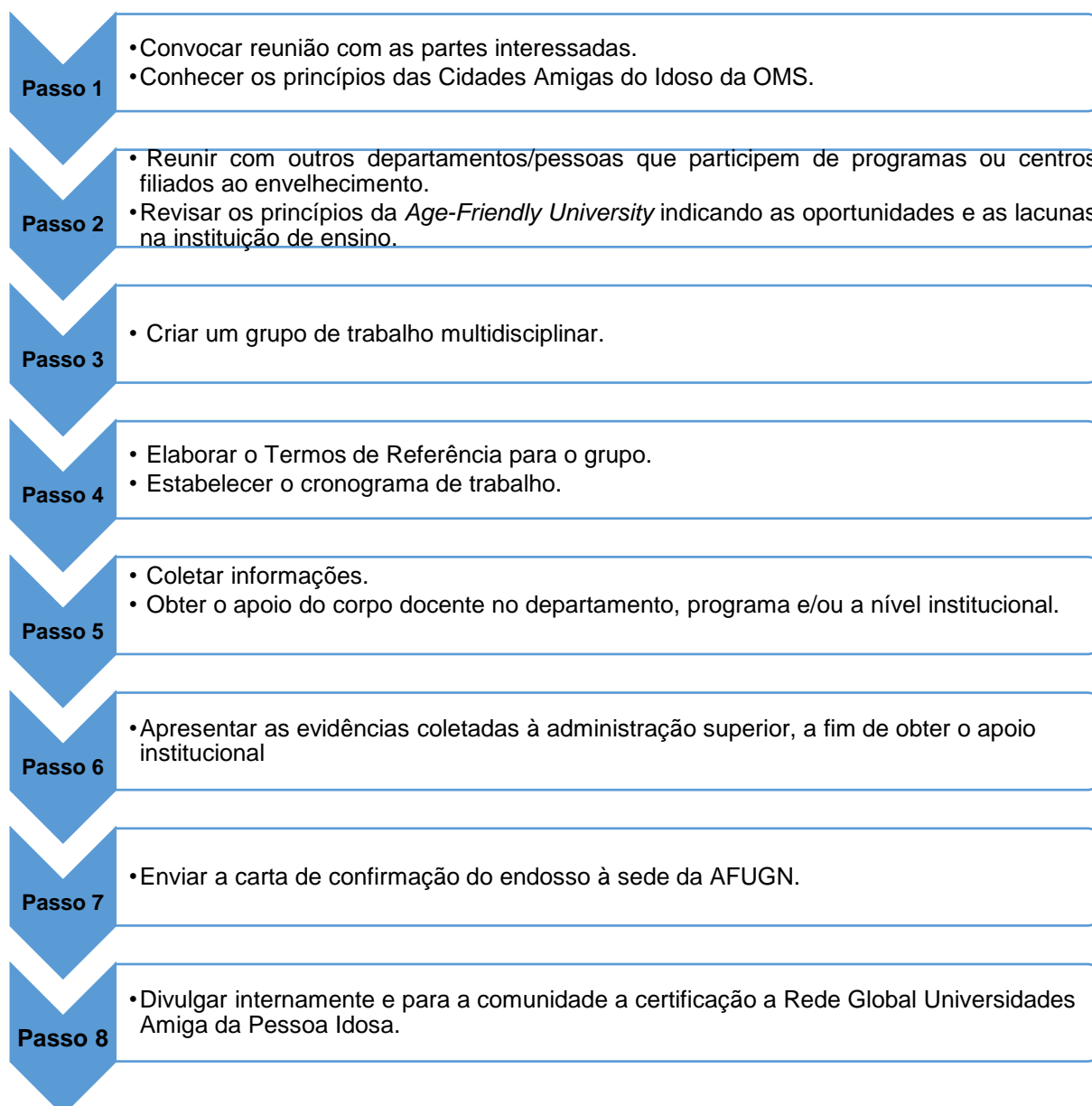
Segundo a AFUGN, uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa é reconhecida não apenas por possibilitar o ingresso dessa população na instituição, mas sobretudo, por proporcionar no ambiente acadêmico uma cultura na qual as pessoas mais velhas se sintam apoiadas, inseridas e integradas à toda comunidade, além de assumir um compromisso de fazer com que seus programas e políticas educacionais estejam mais acessíveis e amigáveis ao público idoso.

Ressalta-se ainda que para se tornar uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa são necessárias abordagens estratégicas e a compreensão do clima universitário para que seja possível provocar mudanças. Para Clark e Leedahll (2019), tornar-se e ser uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa exige o desenvolvimento de um plano estratégico para obter o apoio de toda a comunidade acadêmica, além de embarcar num processo contínuo para promover os princípios nessa comunidade.

Segundo Findsen (2017), cada instituição que se torna membro certificado da Rede Global atua no sentido de contribuir para um movimento internacional empenhado não somente em ampliar o acesso ao ensino superior, mas também, melhorar a vida das pessoas idosas da comunidade. Ainda segundo o autor, para atingir tais objetivos faz-se necessário que as instituições reconheçam os contextos históricos, políticos, financeiros e os relacionados com os recursos existentes, além das necessidades distintas das populações regionais ao planejar suas abordagens.

Além dos 10 princípios que uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa deve adotar, a AFUGN sugere um processo de endosso a ser percorrido para que uma universidade ingresse à Rede Global (Figura 1). Segundo a instituição, o processo de adesão não busca ser oneroso, mas sim, levar a uma avaliação reflexiva das ofertas e dos potenciais que a universidade possui.

Figura 1. Processo de Adesão à Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa



Fonte: Elaborado pelo autor com base na *Age-Friendly University Global Network*

De acordo com a AFUGN, o processo de endosso consiste em 8 passos, sendo eles:

Passo 1: convocar uma reunião com as partes interessadas (funcionários, estudantes, comunidade etc) na universidade. Familiarizar-se com os Princípios das Cidades Amigas do Idoso da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Passo 2: reunir-se com outros departamentos e pessoas que participem de programas ou centros filiados ao envelhecimento. Juntos, revisar os 10 princípios da *Age-Friendly University* e mapear como eles podem apontar oportunidades e lacunas na instituição

de ensino. Destaca-se que cada membro pode interpretar os 10 princípios e os aplicar à sua própria maneira. Cada instituição de ensino pode se concentrar em aspectos específicos, como pesquisa, aprendizado intergeracional, políticas internas etc. Essa é uma decisão do grupo de trabalho da universidade.

Passo 3: estabelecer um grupo de trabalho multidisciplinar com pessoas que realmente possam fazer as coisas acontecerem.

Passo 4: elaborar um rascunho dos Termos de Referência para o grupo. Estabelecer um cronograma de trabalho, dividindo as tarefas e definindo as metas. Além disso, relacionar os 10 Princípios às atividades desenvolvidas pela instituição de ensino. Nessa etapa, será possível perceber as oportunidades e aspectos que podem não ter sido considerados antes.

Passo 5: envolver o maior número possível de partes interessadas para coletar informações. Também, obter o apoio do corpo docente no departamento, programa e/ou a nível institucional.

Passo 6: quando o mapeamento estiver concluído, apresentar as evidências à administração superior, a fim de obter o apoio institucional. Algumas instituições também podem querer discutir a iniciativa com um conselho de professores ou um grupo de governança. Nesse ponto, é necessário que o grupo esteja preparado para responder às perguntas relacionadas à necessidade da universidade de fazer isso. Pode ser que haja algum interesse específico que atenda aos objetivos de um plano estratégico maior ou esteja intimamente alinhado à missão e visão da instituição.

Passo 7: concluída a etapa 6, deve-se enviar o documento com uma carta de confirmação do endosso à sede da AFUGN, informando como a instituição atende aos 10 Princípios de uma *Age-Friendly University* e o que essa pretende alcançar ao fazer parte da rede.

Passo 8: por fim, uma vez que a universidade obtenha a certificação AFUGN, ela deve trabalhar com a área de comunicação para divulgar internamente e também desenvolver um comunicado à imprensa anunciando o endosso da instituição aos princípios da Universidade *Age-Friendly*.

Desde a sua formação, em 2012, a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa tem repercutido mundialmente em diferentes instituições de ensino superior, e atualmente possui mais de 100 membros globais, distribuídos em 14 países e 5 continentes.

Conforme consulta no site da *Age-Friendly University Global Network* acerca do panorama atual, até o mês de novembro de 2024, a Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa possuía em sua composição 111 instituições universitárias credenciadas, situadas em 14 países, distribuídas pelas regiões definidas pela OMS como sendo Asiática, Oceânica, Européia, Norte-Americana e Sul-Americana.

Conforme é possível constatar na lista oficial do site da AFUGN, por ora, a América do Sul possui apenas uma instituição certificada. Localizada no Brasil, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), situada na cidade de Campinas em São Paulo, desde 2021 é a única universidade da América do Sul a conquistar a certificação de integrante da Rede Internacional de Universidades Amigas da Pessoa Idosa, sendo a segunda do hemisfério sul.

Por fim, levando em consideração que a AFUGN se trata de uma ação global, e tendo em vista que cada campus universitário é único na sua cultura, dimensão, recursos e áreas de enfoque, as estratégias e os planos de ação para o desenvolvimento do movimento universitário amigo da pessoa idosa variam significativamente entre as instituições de ensino superior (PSTROSS, et al., 2017; TALMAGE et.al., 2016).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os resultados com a realização dessa pesquisa, em que se busca compreender como a Universidade Federal de Viçosa está se organizando e quais são as evidências que a qualificam para a inserção na Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa, optou-se por utilizar a abordagem qualitativa. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa é voltada à descoberta do novo e ao desenvolvimento de teorias empiricamente fundamentadas, podendo-se usar diversas abordagens teóricas e métodos que discutem a própria prática da pesquisa (VAN MAANEN, 1979). Conforme Martinelli (1999), a abordagem qualitativa busca significados, interpretações, sujeitos e suas histórias.

Como estratégias metodológicas, utilizou-se a pesquisa descritiva e a documental. De acordo com Gil (2007), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno. Já a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar, e foi com este propósito que este instrumento

foi utilizado. A obtenção dos dados descritivos se faz mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo (GIOVINAZZO, 2005).

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de pesquisa documental, sendo priorizado o uso de relatórios e atas de reuniões da comissão que foi criada para a inserção da UFV na Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa. Além disso, foram utilizadas notícias da página oficial da UFV e informações disponibilizadas nos sistemas de registros de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Segundo Godoy (2005), na pesquisa documental três aspectos necessitam atenção especial por parte do investigador durante a observação, sendo esses: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise.

Nessa pesquisa, os documentos utilizados estão listados e descritos no Quadro 2.

Quadro 2. Documentos utilizados para a análise dos dados

Numeração	Nome do Documento	Detalhamento do Documento
1	Relatório de levantamento das ações da UFV.	Relatório elaborado pela Frente de Fortalecimento de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa utilizado na primeira reunião do Comitê Gestor de adesão à AFUGN.
2	Relatório de análise dos princípios da AFUGN.	Relatório elaborado pelo Comitê Gestor, contendo análise dos princípios da AFUGN e análise crítica das condições de adesão da UFV.
3	Relatório de ações do Comitê de Adesão à AFUGN.	Relatório contendo as ações realizadas pelo Comitê de Adesão à AFUGN visando a inserção da UFV na iniciativa global. Contém, ainda, os direcionamentos e estratégias para a elaboração do Plano de Ações da UFV.
4	Relatório do Programa de Extensão Ações para o Envelhecimento Ativo.	Relatório das ações implementadas no âmbito do Programa de Extensão: Ações para o Envelhecimento Ativo, considerado pelo Comitê Gestor de Adesão à AFUGN como estratégico para ilustrar a ação coletiva da UFV e o seu compromisso com o Envelhecimento Ativo e Saudável de sua comunidade acadêmica e do seu entorno.
5	Relatório do Projeto "Idadismo Não".	Relatório gerado pela equipe de professores e discentes envolvidos na implementação do projeto de extensão "Idadismo Não", utilizado pelo Comitê Gestor de Adesão à AFUGN para subsidiar as argumentações de qualificação da UFV como Universidade Amiga da Pessoa Idosa.
6	Relatório do levantamento de notícias via canal de notícias da UFV.	Relatório complementar gerado pelo Comitê Gestor de Adesão à AFUGN tendo como base os meios de comunicação da UFV.

7	Levantamento da atuação da UFV com o tema da longevidade e Envelhecimento Humano.	Relatório contendo o levantamento das ações e práticas da UFV, de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas com o tema da longevidade e envelhecimento humano, implementadas desde a década de 1990. Relatório gerado por meio da plataforma FileMaker do grupo UNIDES - Universidade na Década do Envelhecimento Saudável, via sistemas de ensino, pesquisa e extensão.
8	Atas de reuniões do Comitê Gestor.	Atas de reuniões que permitiram compreender o fluxo de decisões e as relações estabelecidas ou fortalecidas no processo de adesão à AFUGN.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para o tratamento dos resultados foram realizadas interpretações e inferências baseadas na análise indutiva que resultou em codificação pelo aspecto semântico dos documentos analisados.

As codificações auxiliaram na análise e interpretação dos resultados e foram apresentadas da seguinte forma: (i) Organização da UFV para a inserção na AFUGN, sendo essa dividida entre a decisão para a adesão e a preparação para fazer parte da rede; (ii) Análise das ações da UFV, contemplando os 10 princípios da Universidade Amiga da Pessoa Idosa.

3.1. Apresentação da Unidade de Estudo: Universidade Federal de Viçosa

A escolha da Universidade Federal de Viçosa levou em consideração o fato de ser uma universidade longeva, uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil, completando em 2024 os seus 98 anos. Possui, desde 2006, os campi UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente.

Inicialmente, a instituição se destacou nas Ciências Agrárias, com os cursos de Agricultura e de Veterinária. Hoje, além de continuar sendo referência na área, também possui excelência no ensino, na pesquisa e na extensão das ciências Biológicas, Exatas e Humanas e Sociais Aplicadas.

A UFV oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três campi, nos quais estão matriculados quase 20 mil estudantes. No total, a Universidade já graduou mais de 60 mil profissionais e orientou a defesa de mais de 12 mil dissertações de mestrado e 4 mil teses de doutorado.

A Universidade Federal de Viçosa tem sido classificada anualmente entre as sete melhores universidades do país pelos órgãos federais de avaliação. Esse

indicador considera, além de resultados dos cursos e do desempenho de estudantes, a infraestrutura e as instalações, recursos didático-pedagógicos, corpo docente, dentre outros critérios. A maioria de seus cursos de graduação sempre obtém conceituações máximas nas avaliações do MEC, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e no Guia do Estudante, da Editora Abril.

Na avaliação da Folha (Ranking Universitário Folha – RUF), a UFV foi considerada a 14ª melhor universidade do país e a 2ª em Minas Gerais, em 2023. No total, o ranking avaliou 203 universidades brasileiras - públicas e privadas -, a partir de cinco indicadores: ensino, pesquisa, internacionalização, inovação e mercado. No ensino, a UFV foi considerada a décima, na pesquisa a décima segunda e a terceira em inovação.

Sobre a temática do envelhecimento, a UFV está em sintonia com agendas nacionais e internacionais, especialmente da ONU e da OMS, que se referem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Plano Global de Ações da Década do Envelhecimento Saudável. As temáticas são trabalhadas na UFV de forma indissociável entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, que se pode notar nas múltiplas ações registradas nos sistemas da UFV.

Por meio do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS), que agrega mais de 18 grupos de pesquisa, dentre eles o Gegop/CNPq - Espaços Deliberativos e Governança Pública, tem estabelecido parcerias com governos municipais, estaduais e federal e com instituições estrangeiras, a fim de compartilhar conhecimentos, instrumentos e metodologias gerados nas diversas áreas e colocar-se a serviço para colaborar para o desenvolvimento e construção de sociedades sustentáveis, mais justas e inclusivas. Ainda, como resultado das relações estabelecidas, que possibilitam trocas de experiências, a UFV segue acumulando prêmios e atestados de competência técnica para trabalhar a temática, com reconhecimento nacional e internacional, principalmente por demonstrar uma organização de trabalhos colaborativos e em rede para lidar com a temática.

Dado este compromisso com estudos e pesquisas relacionadas ao envelhecimento, pareceu lógico que a Universidade Federal de Viçosa se envolvesse na Rede Universidades Amigas da Pessoa Idosa após o lançamento da iniciativa AFUGN em 2012.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender a organização e as ações da Universidade Federal de Viçosa que a qualifica para a inserção na iniciativa global Universidades Amigas da Pessoa Idosa, esta seção foi subdividida nas seguintes categorias: 4.1. Organização da UFV para a inserção na AFUGN, sendo essa subdividida em: 4.1.1. a decisão pela adesão e 4.1.2. a preparação para a adesão; 4.2. Análise das ações da UFV.

4.1. Organização da UFV para inserção na AFUGN

4.1.1 A decisão pela adesão

Com base nos relatórios do Comitê de Adesão e em levantamentos realizados nos canais de notícias e sistemas de informação da UFV, foi possível perceber que, desde a década de 1990 são realizados estudos nessa instituição voltados para a temática do envelhecimento, advindos especialmente do Departamento de Nutrição e Saúde e do Departamento de Economia Doméstica. Entretanto, nas últimas décadas com o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) e com a atuação do Grupo de Trabalho Clacso: Espaços Deliberativos e Governança Pública (GEGOP), as ações da UFV se intensificaram e houve uma aproximação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em torno da temática da longevidade e do envelhecimento humano.

Com base na análise do relatório 6 foi possível encontrar depoimentos que denotam que a UFV já se intitula como uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, seja por ter colaborado no processo de idealização e implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, por ter sido indicada por estados brasileiros (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia e Santa Catarina) para executar ações do Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa, ou mesmo, pela criação da Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI). De acordo com as atas de reuniões do comitê gestor, a decisão pela adesão da UFV à Rede Global se deu por já reconhecerem a instituição como sendo Amiga da Pessoa Idosa e por todo o seu histórico de ações que demonstram alinhamento com os princípios da AFUGN.

A decisão pela adesão ocorreu no ano de 2022, entretanto, a primeira reunião do Comitê Gestor ocorreu somente em 2023, conforme consta nas atas analisadas. Desde então, percebe-se na UFV um movimento constante, com acúmulos de ações rumo à certificação internacional. A primeira delas foi a realização de reunião com os

dirigentes máximos da instituição para confirmar o compromisso institucional e cancelar a constituição do Comitê Gestor e legitimar o seu planejamento de ações.

Segundo o relato da professora Andréia Queiroz Ribeiro, constante em uma das atas do comitê, a decisão pela adesão foi espontânea, considerando o histórico de iniciativas e ações em curso na UFV, mas pesaram os seguintes fatos: i) o reconhecimento do importante papel que as universidades devem assumir diante dos desafios impostos pelo acelerado processo de envelhecimento populacional; II) ser uma iniciativa que conta com o apoio da Organização Mundial de Saúde; III) a iniciativa está alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável; IV) o fato de a iniciativa ir ao encontro das metas anteriormente estabelecidas pelos coordenadores do GEGOP e da UNAPI para as linhas de ações e atuação da UFV.

Em relação ao histórico de iniciativas da UFV, que justificaram a decisão pela sua adesão à rede, de acordo com a fala da professora Simone Martins retirada do relatório 1, tem-se que:

As universidades são locus de produção de conhecimentos, local propício para formação de redes de apoio, para o fomento de políticas locais, nacionais, para se trabalhar com agendas globais, como é o caso da iniciativa AFUGN. Na UFV, todo o trabalho é desenvolvido com um compromisso com a vida humana, com a transformação social, com a promoção do desenvolvimento sustentável e uma sociedade mais justa e inclusiva. De tal modo, não haveria como ficar de fora de algo que soma com todo o histórico e processo de trabalho na UFV (Relatório 1).

Sabe-se que as questões referentes à temática do envelhecimento afetam diretamente as universidades, assim como representam uma das tendências com grande poder disruptivo, impondo riscos à sociedade, mercado e governo. Para mitigar os riscos e potencializar as oportunidades, têm-se as universidades como grandes aliadas. Como narrado na revisão de literatura, as instituições de ensino podem atuar de diferentes maneiras no processo de envelhecimento, seja auxiliando nas políticas públicas, seja por ações locais, desenvolvendo pesquisas, formando profissionais e cidadãos preparados para os desafios desse novo cenário, além do enfrentamento aos preconceitos em relação a população idosa (COSTA e MATOS, 2023). Segundo Rezende e Ramos (2023), essas instituições possuem um papel relevante na melhoria da qualidade de vida e na garantia da cidadania das pessoas idosas que ultrapassam para outras áreas além da educação.

Nesse sentido, como afirmam Schier, et. al (2023) é primordial a ampliação de investimentos em políticas públicas na área de educação e do envelhecimento, sendo que a destinação de recursos possibilitará o aumento de matrículas, o aumento do

número de professores, a manutenção e ampliação de necessários projetos de pesquisa para o fortalecimento da ciência, considerando-se que o desenvolvimento e o futuro do país acontecem pela educação.

Embora já tenha se passado mais de um ano deste feito, nenhum documento ou ato foi localizado na UFV que demonstra a continuidade dos trabalhos realizados pelo Comitê Gestor. Entretanto, é possível afirmar que a UFV segue agindo no fortalecimento das políticas que qualificam a vida longa.

4.1.2 A preparação para a adesão

Para melhor compreender as etapas que envolveram o desenvolvimento dos trabalhos e a preparação para a adesão à AFUGN, nesta seção buscou-se identificar quais foram as principais ações desenvolvidas pelo Comitê Gestor de Adesão e em que momento a UFV se encontra nesse processo de adesão.

Todo o processo de adesão à AFUGN teve início sob a liderança da professora Andréia Queiroz Ribeiro, do Departamento de Nutrição e Saúde, que primeiramente reuniu pessoas interessadas em apoiar essa iniciativa (professores, estudantes, comunidade etc.) e estabeleceu os primeiros contatos com os coordenadores da Rede Global de Universidades Amigas da Pessoa Idosa para melhor compreender os critérios de credenciamento.

De posse das informações iniciais, um pequeno grupo de trabalho se dedicou à compreensão dos 10 Princípios de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, princípios esses que devem ser observados para a construção do relatório a ser submetido para o credenciamento e, ainda, a compreensão sobre como cada um desses princípios pode ser trabalhado, aplicado e priorizado pela UFV.

De acordo com o histórico de iniciativas da UFV, constante no relatório 2, o primeiro passo para tornar possível a adesão da UFV à iniciativa AFUGN foi realizar uma reunião com pessoas que também compartilhavam o interesse em fomentar as ações sobre o envelhecimento na universidade e para o seu entorno. Nota-se que a primeira ação da UFV coincide com a orientação disponibilizada junto aos materiais de divulgação da AFUGN, sendo elas, a união de pessoas interessadas e a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar.

Após reunir as pessoas interessadas, o passo seguinte consistiu em criar o Comitê Gestor UFV Amiga da Pessoa Idosa. Ao apreciar a lista de participantes (Quadro 3) foi possível notar que tal comitê foi composto por um grupo multidisciplinar

composto por 16 pessoas de diversas áreas do conhecimento de 13 departamentos/órgão diferentes, que já possuem uma larga trajetória de ações realizadas com potencial para converter o protocolo de adesão em ações efetivas.

Quadro 3. Participantes do Comitê Gestor e seus respectivos Departamentos/Órgão

Departamento/Órgão	Quantitativo de pessoas
Departamento de Nutrição e Saúde	2
Departamento de Administração e Contabilidade	2
Departamento de Letras	2
Departamento de Economia	1
Departamento de Informática	1
Departamento de Enfermagem e Medicina	1
Departamento de Educação Física	1
Departamento de Jornalismo e Comunicação	1
Departamento de Artes e Humanidade	1
Departamento de Serviço Social	1
Reitoria	1
Pró-Reitoria de Extensão	1
Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a ata da reunião do Comitê Gestor verificou-se que dentre as atividades estabelecidas pelo grupo estavam: i) a criação de um calendário de reuniões, ii) a distribuição de tarefas entre os membros e a, iii) a redação do Termo de Referência, sendo essa última tarefa atribuída especificamente à professora Andréia Queiroz Ribeiro, e que se encontra em processo de finalização. Quanto aos demais membros do grupo, estes ficaram responsáveis por complementar o Termo de Referência e por assumir responsabilidades com ações que serão propostas a partir do termo.

Segundo consta no relatório 2, a construção do Termo de Referência consiste em assumir os compromissos e apresentar um plano de ação alinhado com os 10 (dez) Princípios da AFUGN.

Por meio da análise das atas das reuniões, verificou-se que foi ressaltada a necessidade de alinhar o plano de ação com o plano institucional da UFV. Esse

alinhamento foi verificado em registros constantes do relatório 2, quando relatada a reunião realizada entre as representantes do Comitê Gestor (professora Andréia Queiroz Ribeiro e professora Simone Martins) e a Vice-Reitora da UFV, professora Rejane Nascentes, que reiterou o seu compromisso perante a iniciativa, assim como apoio incondicional às demais iniciativas da UFV que dizem respeito às políticas e ações voltadas à pessoa idosa ou com a pauta do envelhecimento. A Vice-Reitora sinalizou que a iniciativa está em sintonia com o planejamento institucional que, por sua vez, está alinhado com agendas nacionais e internacionais, especialmente, da ONU e da OMS, que se referem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Plano Global de Ações da Década do Envelhecimento Saudável.

No relatório 2 é ressaltada a fala da Vice-Reitora, que declara:

A UFV já se considera uma universidade amiga da pessoa idosa e está comprometida em colaborar com a temática não somente nos seus campi ou no seu entorno, mas também está comprometida em colaborar com ações em todo território nacional e, se possível for, internacionalmente. Estes compromissos fazem parte do planejamento institucional (Relatório 2).

A fala da Vice-Reitora demonstra o alinhamento que caracteriza a decisão de inserção da UFV na iniciativa global. Verifica-se que as ações do comitê gestor estão em sintonia com o planejamento institucional e com os princípios da AFUGN, alinhamento fundamental para a implementação do planejamento a ser apresentado no momento de adesão. Esse reconhecimento é fundamental, visto que, de acordo com as recomendações da AFUGN, “endossar os princípios da Universidade Amiga da Pessoa Idosa é um compromisso institucional e, portanto, não pode ser feito por departamentos individuais” (AGE-FRIENDLY UNIVERSITY, 2024, *on-line*).

Não foram localizados documentos que dizem respeito aos próximos passos necessários para a adesão, embora tenha sido identificada no relatório 3 a sinalização para o seu encaminhamento e de construção de um documento para o lançamento e publicização da adesão. Também não foram encontradas matérias em sites de notícias que sinalizem outros avanços na adesão após a publicação do referido relatório, sinalizando que o mesmo se encontra inconcluso.

Agora, passa-se a apresentar e discutir os princípios da AFUGN e a relação com as ações desenvolvidas pela UFV.

4.2. Análise das ações da UFV

Para a análise das ações implementadas na UFV, que colaboraram para iniciar o processo de adesão da instituição à AFUGN, foi examinado o levantamento das

ações constantes no Relatório 1- Levantamento de ações da UFV e o Relatório 6- Levantamento de notícias, via canal de notícias da UFV.

Considerando que as universidades se sustentam e se orientam nos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, inicialmente, todas as ações que sinalizavam o envolvimento da atuação da UFV com a temática da pessoa idosa e do envelhecimento foram identificadas e classificadas como: I) Ensino; II) Atestados de competência técnica; III) Projetos de Pesquisa; IV) Publicações e V) Extensão, sendo que, esse último foi subdividido em eventos, programas e projetos.

Para melhor entendimento, os resultados foram apresentados seguindo os 10 princípios da AFUGN.

Princípio 1 - Incentivar a participação de pessoas idosas em todas as atividades principais da universidade, incluindo programas educacionais e de pesquisa

O primeiro princípio da AFUGN versa sobre o incentivo necessário para que as pessoas idosas possam participar das atividades educacionais propostas pelas universidades, incluindo as pesquisas.

Em relação ao ensino, verificou-se que, de acordo com o registro escolar da UFV, ainda são poucos os alunos matriculados que possuem 60 anos ou mais, seja na graduação ou na pós-graduação. No ano de 2024, das 11.675 matrículas ativas na graduação, apenas 15 eram de pessoas com 60 anos ou mais, representando um percentual de 0,12%. Na pós-graduação esse percentual aumenta para 1,22%. Ao analisar o percentual de pessoas idosas matriculadas em cursos de graduação ou pós-graduação nos três campi (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba) verificou-se que esse foi de apenas 0,41%.

Segundo Fernandes (2020), ao ingressarem no ensino superior as pessoas idosas que não tiveram incentivo aos estudos quando criança ou jovens irão apresentar dificuldades de adaptação, logo, nesses casos, é preciso que a universidade se atente para esta particularidade.

Cientes da necessidade de tornar a universidade mais inclusiva e das demandas educacionais dos mais velhos, a UFV lançou o primeiro edital de vestibular exclusivo para os 60+, com vagas em todos os seus mais de 46 cursos de graduação destinados a esse público.

Outra forma de ingresso que tem sido constatada na UFV diz respeito às ações de extensão, especialmente em se tratando dos cursos voltados para o Fortalecimento de Conselhos e Fundos Municipais da Pessoa Idosa, ofertados entre os anos de 2020 a 2022. Nesses cursos, o número de pessoas com 60 anos ou mais chegou a representar mais de 40% dos inscritos.

Embora as pessoas idosas sejam o público-alvo das atividades de extensão, verificou-se que a sua participação nas comissões organizadoras ainda é pequena. O mesmo acontece nas atividades de pesquisa. Essa foi uma preocupação registrada em atas de reunião, mas não foi possível identificar ações para superar este desafio. Segundo Assis, Dias e Necha (2016), o envolvimento da pessoa idosa como protagonista do processo de envelhecimento, ocupando os espaços já existentes e criando outros, apesar de presente nos dispositivos legais, ainda está longe de ser efetivo.

Faz-se importante registrar a atuação da Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI) na formação formal e informal dos 60+ na UFV. De acordo com o relatório 6 a UNAPI, por meio de uma escuta qualificada aos mais velhos, têm disponibilizado ações formativas e demonstra envolver as pessoas idosas na proposição e oferta de tais ações, o que tem as aproximado com temas atuais e relevantes, tais como: educação financeira, inserção digital, letramento etc.

De maneira geral, foi verificado que a UFV precisa se fortalecer na inserção de pessoas idosas como beneficiárias e como protagonistas nos processos de formação. Ainda que escassas as iniciativas voltadas para a inserção dos mais velhos nos programas de pesquisa como colaboradores ou protagonistas das ações, nota-se que o contingente de pesquisadores da UFV que possuem 60 anos ou mais está aumentando significativamente, sendo cada vez mais comum a solicitação pelo abono permanência, conforme se observa nos registros da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV.

Em se tratando do Princípio 1 da AFUGN, acredita-se que as ações da UFV serão fortalecidas com o vestibular para 60+ e por meio da atuação mais efetiva da UNAPI.

Princípio 2 - Promover o desenvolvimento pessoal e profissional na segunda metade da vida e apoiar aqueles que desejam seguir uma segunda carreira

O segundo princípio da AFUGN busca a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas idosas. Estas buscam os cursos superiores pela vontade de aprender novos conteúdos, conviver com os mais jovens ou para se formarem e exercerem uma profissão. Segundo Fernandes (2020), é necessário refletirmos de que maneira as universidades contribuem para a efetivação do direito das pessoas idosas frequentarem o ensino superior.

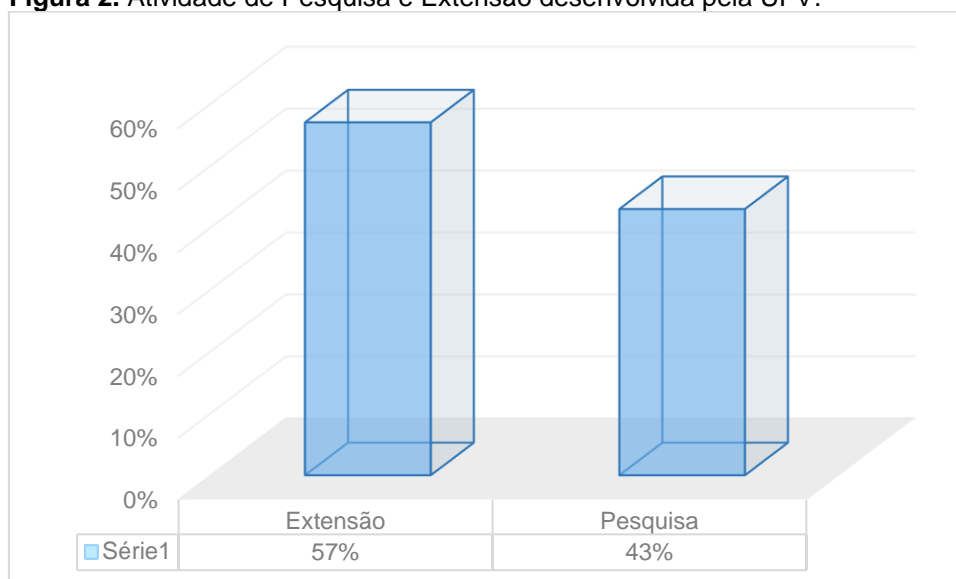
De acordo com os levantamentos das ações da UFV, verificou-se que muitas foram as iniciativas que possibilitaram a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos mais velhos ou de preparação para essa fase da vida.

Por meio da Universidade Aberta à Pessoa Idosa, a UFV oferece oportunidades para pensar na aposentadoria. O minicurso teórico/prático de educação financeira intitulado “Eu e a minha aposentadoria” é um dos diversos cursos ofertados pela UNAPI. Além desse, destaca-se o minicurso teórico/prático “Conectando-se com novas tecnologias” que dá suporte para inserção em mercados e governos cada vez mais digitais, como se nota no Brasil em seus sites oficiais que aderem à tecnologia para garantir e dar acesso a serviços sociais. As oficinas de língua inglesa também são exemplos de ações voltadas para a preparação dos mais velhos, considerando a necessidade do domínio do idioma para as novas carreiras do mundo digital.

Para além dos cursos, minicursos e oficinas ofertados pela UNAPI, a UFV tem uma larga trajetória na extensão universitária e muitas de suas ações são voltadas para a qualificação profissional de homens e mulheres urbanos ou do campo. Tem-se, por exemplo, na Semana do Fazendeiro, oficinas profissionalizantes com diversos temas, e muitos deles com a preocupação de preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável, especialmente os que ensinam sobre formas alternativas de plantio e manuseio da terra, de gestão de recursos naturais, dentre outros.

Com base no relatório 7 foi possível perceber uma grande concentração de ações, principalmente de extensão, desenvolvida ao longo dos anos por parte dos diferentes departamentos da UFV (Figura 2).

Figura 2. Atividade de Pesquisa e Extensão desenvolvida pela UFV.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se dizer assim, que em relação ao princípio 2, a UFV responde satisfatoriamente ao que está sendo solicitado, sendo necessário somente a manutenção ou ampliação de ações.

Princípio 3 - *Reconhecer a gama de necessidades educacionais de adultos mais velhos (desde aqueles que abandonaram a escola precocemente até aqueles que desejam obter qualificações de mestrado ou doutorado).*

O princípio 3 de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa demonstra a necessidade de abarcar as diferentes necessidades educacionais, visto que, em um mesmo ambiente poderá existir pessoas com poucos anos de estudos, desde aquelas que buscam uma qualificação superior, com títulos de mestrado e doutorado.

A UFV demonstra reconhecer as necessidades educacionais dos mais velhos, especialmente para atender aqueles que deixaram a escola precocemente, por meio da Universidade Amiga da Pessoa Idosa.

Em termos de graduação e pós-graduação, como já mencionado, o número de ingresso tem aumentado, mas ainda é pouco expressivo e não corresponde nem a 1% na graduação e somente 1,22% na pós-graduação.

A educação, ainda que seja um direito constitucional e reforçada por outros marcos normativos como a Política Nacional da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa Idosa, está distante de atender a esse público. Segundo Rezende e Ramos (2023)

muitas pessoas idosas não conseguem alcançar as universidades devido à baixa escolarização. Em seus estudos os autores verificaram que muitas dessas pessoas não possuem o ensino médio completo para que possam ingressar em um curso superior e viabilizar o primeiro papel das universidades que é o de ensino. Demonstrando ter o mesmo entendimento, conforme já mencionado, na UFV esta realidade já vem se alterando, com a abertura do vestibular 60+.

Ainda se tratando das distintas demandas educacionais dos mais velhos, é preciso considerar a capacidade dos docentes em atender universitários com 60 anos ou mais. Como destacado por Fernandes (2020), o público idoso pode necessitar de mais atenção e de estratégias diferentes por parte do professor durante o processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, a utilização de microfones ou de um tom de voz mais alto. Nesse sentido, nenhuma ação foi identificada na UFV.

Isto posto, não basta apenas promover a inserção das pessoas idosas nas universidades, é necessário também oferecer oportunidades de aprendizado compatíveis com as suas singularidades. De certa forma, julga-se que a UFV tem avançado no atendimento ao princípio 3, mas ainda carece de ações que a permita atendê-lo em sua plenitude.

Princípio 4 - Promover a aprendizagem intergeracional para facilitar o compartilhamento recíproco de conhecimentos entre alunos de todas as idades.

O quarto princípio da AFUGN versa sobre a importância das trocas intergeracionais na promoção do conhecimento. De acordo com o depoimento da professora Mariana Reis Santimaria da PUC- Campinas, “uma universidade que valoriza as pessoas à medida que envelhecem e está preparada para recebê-las, valoriza a todos. Todos se beneficiam neste processo do desenvolvimento de uma cultura do envelhecimento e de relações intergeracionais” (PUC-CAMPINAS, 2021, s.p).

Dentre as atividades de pesquisa da UFV o destaque vai para as desenvolvidas pelo grupo UNIDES (Universidades na Década do Envelhecimento Saudável), em que, pesquisadores de todas as idades e estudantes de graduação e pós-graduação trabalham juntos para o alcance dos objetivos do projeto, o que seguramente proporcionará o compartilhamento de expertises e aprendizados mútuos.

Já em termos de extensão, o destaque vai para o programa intitulado “Ações para o Envelhecimento Ativo”. No relatório do programa foi possível identificar ações voltadas à promoção da intergeracionalidade.

Segundo Buarque (2000), as trocas intergeracionais proporcionam conhecimentos culturais, históricos e pessoais valiosos para a desmistificação sobre a velhice. Por isso, Cardoso (2011) afirma que é fundamental que as instituições de ensino superior, ao oferecerem os serviços da universidade às pessoas idosas, se atentem para a valorização desse convívio entre as diferentes gerações. Principalmente porque, segundo o autor, durante as relações intergeracionais o aprendizado entre os envolvidos será frutífero somente se houver empatia e respeito.

Outro projeto da UFV que também está contemplado no programa “Ações para o Envelhecimento Ativo”, permeado por técnicas que permitiram trabalhar o tema da intergeracionalidade, é o intitulado “Idadismo Não”. Para colaborar com ações intergeracionais o projeto foi implementado primeiramente em escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Viçosa-MG, considerando o potencial de transbordamento e de colaborar na melhoria das relações familiares.

No site de notícias da UFV foi mencionado que o projeto está em sua segunda edição, tendo como público-alvo as pessoas idosas e seus familiares. Projeto este que foi premiado em um dos maiores eventos de longevidade do país, na 6ª edição da Longevidade Expo + Fórum, onde ocorreu o I Congresso Internacional Longevidade com Futuro.

O que se nota é que a UFV está avançando no envolvimento e na participação dos mais velhos e demais gerações em ações que buscam enfrentar o idadismo.

Embora os destaques tenham sido permitidos, acredita-se que a UFV pode propor no plano de ação iniciativas voltadas a fortalecer o princípio 4 no âmbito da instituição, visto que é evidente a importância dos contatos intergeracionais para a construção e desconstrução de preconceitos, tendo em vista o ganho mútuo adquirido por meio das trocas de saberes e experiências.

Princípio 5 - Ampliar o acesso à educação on-line para adultos de modo a garantir a diversidade de possibilidades de participação

O quinto princípio da AFUGN busca diversificar o acesso das pessoas idosas nas atividades educacionais por meio da educação on-line.

Importante destacar que, como referido por Schier et.al (2023), uma das barreiras de entrada de pessoas idosas na universidade se deve ao desconhecimento e/ou a inabilidade em operar os aparelhos tecnológicos, como celular, *tablet* ou computador. Para os autores, é fundamental que as universidades possibilitem às pessoas idosas tornarem-se capazes de utilizar tais dispositivos, para que assim possam se sentir devidamente incluídas no âmbito acadêmico; ademais, serão por meio de tais dispositivos que eles terão acesso à educação on-line. Para superar este tipo de desafio as pessoas idosas parecem ter na UNAPI uma aliada.

Com a prática de oferta de cursos abertos e on-line, já se pode notar que a população idosa, juntamente com os 50 mais, tem sido a maioria dos participantes e/ou inscritos.

No ensino formal, foi possível constatar que o número de pessoas idosas matriculadas na graduação e pós-graduação segue aumentando. Na UNAPI – Universidade Aberta à Pessoa Idosa, tem sido viabilizada a inserção em ensino formal e não formal e demonstrado um comprometimento com a execução de ações formativas estratégicas, sejam as que colaboram para a vida profissional ou para realizações pessoais.

Nota-se que a UFV carece de ações que contemplem o princípio 5, seja na oferta de cursos na modalidade on-line, seja em ações que contribuam para diminuir as dificuldades que as pessoas idosas possam apresentar com os dispositivos digitais.

Princípio 6 - *Garantir que a agenda de pesquisa da universidade leve em consideração as necessidades relacionadas ao envelhecimento e promover o discurso público sobre como o ensino superior pode responder melhor aos diversos interesses e necessidade das pessoas idosas*

O sexto princípio versa sobre o papel das universidades em contribuir, por meio de suas pesquisas, com os temas relacionados ao envelhecimento.

As instituições de ensino superior têm papel fundamental na propagação de conhecimento, visto que elas são as maiores responsáveis por produzir ciência e inovação. Segundo Bueno et.al (2023) faz-se necessário que as universidades se conscientizem quanto à produção e a aplicação de novos conhecimentos acerca das necessidades da população idosa. Para os autores, por meio do reconhecimento destas necessidades podem ser criados grupos de pesquisa destinados a identificar

as principais demandas desses indivíduos e com isso iniciar as intervenções adequadas. Ainda, é preciso considerar que a pesquisa científica produzida pelas universidades é uma ferramenta eficaz para instruir na implementação de políticas públicas mais assertivas (NOVAES et al., 2019).

Observou-se por meio do Relatório 1 que, em se tratando de pesquisa, desde 1990 a UFV vem desenvolvendo estudos sobre diferentes temas, como o envelhecimento populacional, capacidades funcionais da pessoa idosa, o cuidado e o risco social relacionado a ele, as políticas para pessoas idosas, os conselhos e fundos de direitos da pessoa idosa, dentre muitos outros.

Inúmeras publicações, livros, artigos, gibis, cartilhas, relatórios e outros documentos se encontram disponibilizados para consulta pública e, aqui, destacam-se as disponibilizadas na página da biblioteca da UFV, da editora UFV e na página do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (IPPDS).

Recentemente, a UFV publicou o livro intitulado: A universidade e o envelhecimento populacional: diálogos e experiências em construção no Brasil, organizado pela professora Simone Martins *et al*, podendo ser a primeira publicação que trata e exalta a importância do papel das universidades no fomento e na implementação das políticas públicas que versam sobre a temática do envelhecimento.

A UFV também coordena projetos de pesquisa financiados envolvendo uma rede de universidades brasileiras e estrangeiras. Como exemplo, o projeto do grupo UNIDES, financiado pelo CNPq, que tem como objetivo analisar o papel que as universidades exercem no fortalecimento das ações do Plano Global da Década do Envelhecimento Saudável. Este é um projeto que reúne aproximadamente 50 pesquisadores, caracterizado pela diversidade em termos de áreas de conhecimentos, gênero, idade, cultura etc. Outro projeto com as mesmas características é o intitulado “ Em Comum-Idade: A UFV no fomento de ações para a década do envelhecimento saudável”, financiado pela Capes, que tem como objetivo contribuir para a consolidação da atuação da UFV na pauta do envelhecimento populacional e fortalecimento de redes colaborativas focalizando as ações de fomento à Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030.

Utilizando desses exemplos, considera-se que o princípio 6 da AFUGN está contemplado de forma satisfatória na UFV, embora requeira acompanhamento e fortalecimento.

Princípio 7 - Ampliar o conhecimento dos alunos sobre os dividendos da longevidade e a riqueza que esta pode trazer para a sociedade

O sétimo princípio de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa busca sensibilizar a todos sobre a grandiosidade e os ganhos que uma vida longa traz para a sociedade. Tal fato se faz relevante, visto que, segundo Schier et. al (2023) a longevidade afeta a distribuição de recursos, as políticas públicas, o mercado de trabalho e a formação escolar e profissional, ou seja, afeta a sociedade como um todo.

Por meio do levantamento dos projetos de extensão da UFV, nota-se envolvimento junto às instituições que trabalham com ou para a pessoa idosa, como é o caso do Lar dos Velhinhos, uma instituição de longa permanência na cidade de Viçosa/MG na qual a UFV demonstra manter uma atuação constante.

Ainda, para a ressignificação da velhice, projetos de extensão encontram-se em execução pela UFV, tais como o “Idadismo Não”, que ocorrem nas escolas e contribuem para mudar coletivamente a forma de pensar, sentir e agir em relação à idade e ao envelhecimento. O “Idadismo Não” permite promover ações com crianças e adolescentes, que, ao mesmo tempo que abre possibilidades para o enfrentamento ao preconceito, colabora com a ampliação de conhecimentos dos jovens que estão na universidade e para a promoção da intergeracionalidade.

Além disso, associado à pauta da economia prateada, projetos que tratam da relação das pessoas idosas com o mercado de trabalho e com a aposentadoria se encontram em implementação na UFV. Conforme notícias disponibilizadas verifica-se que a temática do envelhecimento e da longevidade seguem em destaque. No mês de setembro de 2024, a UFV sediou o 2º Congresso Internacional Longevidade Gegop, reunindo presencialmente pesquisadores, investidores sociais, representantes de instituições públicas e privadas em uma grande troca de experiências e compartilhamento de conhecimentos.

Fatos como os mencionados sinalizam que a UFV é sensível e tem se movimentado para dar a conhecer sobre a temática, demonstrando cumprir satisfatoriamente o que se espera com o princípio 7 da AFUGN.

Princípio 8 - Melhorar o acesso das pessoas idosas aos programas da universidade relacionados à saúde e bem-estar, assim como as artes e atividades culturais

O oitavo princípio da AFUGN busca facilitar o acesso das pessoas idosas aos projetos de saúde e bem-estar e atividades culturais oferecidos pela universidade. O aumento da longevidade, acompanhado pelo bom estado de saúde física e mental faz com que as pessoas idosas busquem por atividades que preencham o seu tempo livre, sendo que as educacionais são escolhidas por promoverem bem-estar emocional, aumento nas relações sociais e motivação constante para a aprendizagem (CACHIONI et al., 2014).

É válido ressaltar que a UFV está situada em uma cidade da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais, onde o acesso às artes e atividades culturais é restrito. Em termos de saúde e bem-estar, por dispor de cursos como enfermagem, educação física, nutrição e medicina, ao analisar por meio do portal de notícias e dos seus planos de desenvolvimento institucional, observa-se uma forte atuação para dentro da instituição e para o seu entorno, o que permite inferir que é demonstrado o seu compromisso tanto com as questões relacionadas à saúde e bem-estar, quanto com as artes e atividades culturais.

No calendário de ações da UFV para o ano de 2024 foi possível identificar a oferta das seguintes atividades:

1. Fortalecimento Corpo, Mente e Coração – ações de ginástica em grupo, com abertura de 4 turmas e o total de 200 vagas.
2. Cuidando bem de mim para cuidar bem do outro – atividades de dança com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
3. Autocuidado para o controle da hipertensão e diabetes – minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
4. A alimentação no cuidado da saúde intestinal - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
5. A alimentação no cuidado da saúde osteomuscular - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
6. Noções de primeiros socorros para pessoas idosas - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
7. Eu e a minha aposentadoria - minicurso teórico/prático de educação financeira, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.
8. Conectando-se com novas tecnologias - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.

9. Aprendizado de língua inglesa – oficina semanal com abertura de 2 turmas e total de 20 vagas.
10. Intérpretes da poesia - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.
11. Envelhecimento e projeto de vida: os sonhos não envelhecem – minicurso semanal com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.
12. Clube da leitura: pra todo tempo valer a pena – oficina quinzenal com abertura de 2 turmas e total de 40 vagas.
13. Caminhada com história: conhecendo a UFV - minicurso teórico/prático, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.

As atividades listadas são ofertadas de forma gratuita e voltadas para o cuidado com a saúde integral dos participantes. Para o ano de 2025, segundo o painel de notícias da UFV, é esperada ampliação das ações e a inserção de um grande contingente de pessoas idosas nos cursos de graduação.

Ainda é válido ressaltar a estrutura organizacional da universidade que contempla uma pinacoteca, diversos teatros, cinema e espaços de convivência e de lazer. Além das ações que são direcionadas ao público em geral, há que se destacar ações da UNAPI voltada para o público 60+. Estes são exemplos que permitem inferir que a UFV vem cumprindo ao longo dos anos o que é esperado para alcançar os objetivos propostos com o princípio 8 da AFUGN.

Princípio 9 - Fazer com que a universidade se engaje e participe de sua própria comunidade de aposentados

O nono princípio de uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa versa sobre a necessidade da universidade em se engajar ativamente com a sua comunidade de aposentados. Essa ação se faz necessária, visto que, como colocado por Fernandes et. al (2023) com a aposentadoria nasce uma nova etapa na vida da pessoa idosa, acompanhada de transformações que as afetam sob diversos aspectos, visto que mudam os relacionamentos, a saúde, as finanças, dentre outras áreas da vida.

Para esse princípio não foram localizadas significativas ações voltadas para a comunidade de aposentados, demonstrando que este é um dos princípios que deverá ser fomentado no Plano de Ação da UFV para adesão à AFUGN.

Dentre as poucas ações identificadas, estão os estudos realizados pelo Departamento de Administração e Contabilidade junto ao Agros – Instituto de

Seguridade Social da UFV, voltados para o desenvolvimento de programas de educação financeira por esta instituição.

Destaque ainda às seguintes ações da UNAPI:

1. Eu e a minha aposentadoria - minicurso teórico/prático de educação financeira, realizado semanalmente com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.
2. Envelhecimento e projeto de vida: os sonhos não envelhecem – minicurso semanal com abertura de 2 turmas e total de 30 vagas.

Nota-se que este é um princípio que precisa ser fortalecido pela UFV.

Princípio 10 - Garantir diálogo constante com organizações que representem os direitos da população idosa.

O último princípio da AFUGN remete à importância da universidade em manter o diálogo com as organizações que lutam pela garantia dos direitos das pessoas idosas. Segundo Buarque (2000), é importante que os conhecimentos produzidos pelas universidades estejam em consonância com o que a sociedade precisa. Para isso, é preciso que a comunidade universitária esteja em contato com a sociedade em seu entorno. Ainda, segundo Fernandes (2020), para que se produza um saber útil é necessário conhecer as lacunas sociais e isso acontece por meio de diálogos com as pessoas que não estão inseridas na universidade, na observação das carências sociais e, também, pelos programas de extensão desenvolvidos pelas universidades.

Percebeu-se que nos últimos anos a UFV foi indicada para executar o Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa em 5 estados brasileiros (Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo) que resultaram na realização de cursos de capacitação para conselheiros de direitos das pessoas idosas, gestores públicos e multiplicadores. Ao acessar os relatórios dos referidos cursos, notou-se que eles foram construídos com base em pesquisas científicas, contemplando práticas democráticas e diálogos constantes, especialmente com os conselheiros de direitos da pessoa idosa, pessoas essas que ocupam um espaço democrático com um papel relevante na defesa e na promoção dos direitos da pessoa idosa.

Outro fato a ser destacado é a participação da UFV na construção dos diagnósticos nacionais da pessoa idosa, tendo adotado, da mesma forma, metodologias participativas, incluindo rodas de conversas e aplicação de

questionários que possibilitaram escutar um significativo contingente de conselheiros, abrangendo todo o território nacional. Estes diálogos resultaram na publicação do 2º Diagnóstico Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, que tem sido utilizado por diversas instituições, inclusive para orientar a formulação de políticas públicas.

Os exemplos destacados representam fatos que demonstram o alinhamento da UFV com o princípio 10.

Conforme a professora Carrie Andreoletti, da Central Connecticut State University, nos Estados Unidos, as instituições de ensino superior podem utilizar os princípios da AFUGN para criar caminhos com vistas a promover um envelhecimento bem-sucedido nos seus campi. Ainda segundo a professora,

a missão e os princípios da AFUGN servem como uma estrutura útil para ajudar as instituições de ensino superior no desenvolvimento de programas e práticas que promovam a saúde e o bem-estar dos indivíduos à medida que envelhecem”. Ao apenas adotar alguns dos princípios da AFUGN, as instituições podem criar caminhos para que estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade experimentem um envelhecimento ótimo através de esforços educacionais, ligações intergeracionais, programas de investigação e envolvimento comunitário (ANDREOLETTI, s.p).

Para além das ações que se encontram relacionadas aos princípios da AFUGN, outros projetos de extensão colaboram com a qualificação da vida longa, nas diferentes dimensões da vida humana e levando em conta a diversidade que caracteriza a população idosa.

Com a agenda de extensão, a UFV trabalha fortemente o tema envelhecimento e colabora com outros grupos e instituições. No âmbito da Rapi (Rede de Apoio à Pessoa Idosa), por exemplo, que nasceu de uma ação conjunta entre a UFV e o governo do estado de Minas Gerais, são vários projetos em execução voltados a atender a população idosa, seja aquela que vive sozinha, que mora com a família ou que está institucionalizada.

A UFV inova no desenvolvimento de tecnologias e metodologias alternativas para tratar e traduzir temas muitas vezes densos, com o compromisso do transbordamento de conhecimentos. A exemplo, desenvolveu em parceria com a Rapi-MG uma série de *podcast* intitulada “Minuto da Pessoa Idosa” e criou os Gibis “Geração Prateada”, que trata dos direitos da pessoa idosa, dos conselhos e dos fundos de direitos da pessoa idosa, permitindo que informações tão relevantes possam chegar facilmente à população como um todo.

A UFV sinaliza compreender que os avanços a serem alcançados demandam trabalhos coletivos. Nota-se que são mantidos acordos de cooperação com Ministérios que trabalham com a pauta e está presente em 5 estados brasileiros com implementações de ações formativas sobre conselhos e fundos de direitos da pessoa idosa. No território nacional desenvolveu, como fruto de acordos de cooperação técnica, ações de capacitações para gestores e colaboradores de Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI).

A UFV tem muitos grupos que trabalham com a temática do envelhecimento e a maioria se uniu e mantém diálogo constante entre si e com organizações que representam os direitos da população idosa. Eles trabalham e praticam fortemente a intersectorialidade, a intergeracionalidade e a interinstitucionalidade, dentro e fora da UFV, e compreendem a importância do protagonismo e da escuta à pessoa idosa em suas ações. Estes grupos auxiliam gestores públicos, educadores, conselheiros e outros no desenvolvimento de soluções para qualificar a vida longa.

Dentre os grupos, destaca-se a atuação do Gegop, que desde 2015 trabalha em rede para fomentar as políticas para pessoas idosas e fortalecer espaços democráticos como os conselhos. O grupo já realizou vários eventos para o compartilhamento de experiências, como o I Seminário SER-EBAPI, o I Simpósio Gegop Longevidade, o I Congresso Internacional Gegop Longevidade e reuniões ampliadas durante a realização dos Congressos Gigapp, em Madrid. A partir de ações colaborativas, foram produzidos pelo grupo dossiês e publicados artigos e livros que levam a temática, contando com o apoio de periódicos nacionais e internacionais. Como se trata de uma rede, o grupo apoia a UFV na internacionalização e faz parte de acordos de cooperação com Ministérios e Estados brasileiros, com governos locais e Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa.

Como resultado dos esforços empregados, de forma orgânica foi criado na UFV o Observatório de Políticas Públicas para o Envelhecimento e a Longevidade (OPPEL). Esta é mais uma sinalização de que a UFV está comprometida com a construção de uma política institucional da Longevidade e que está alinhada com as perspectivas da AFUGN.

5. CONCLUSÃO

O envelhecimento é uma realidade anunciada. Já sabemos que as pessoas estão vivendo mais, agora cabe a todos (poder público, universidades, sociedade)

pensar em estratégias que possam promover um envelhecimento ativo e saudável. Nesse processo, as universidades podem contribuir significativamente.

Foi possível observar que na UFV a temática sobre a pessoa idosa e o envelhecimento são temas trabalhados de forma indissociável entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação. No ensino, foi possível constatar que o número de pessoas idosas matriculadas na graduação e pós-graduação ainda é pequeno, mas há que se destacar a UNAPI – Universidade Aberta à Pessoa Idosa, que viabiliza a inserção em ensino formal e não formal e segue comprometida com a execução de ações formativas estratégicas, sejam as que colaboram para a vida profissional ou para realizações pessoais das pessoas idosas. Há que se destacar, também, que já está em andamento na UFV o edital de vestibular para os 60+, que oportunizará o ingresso de pessoas idosas já no ano de 2025.

Com o levantamento realizado, foi possível perceber o compromisso assumido pela UFV com ações que levem a impactos sociais relevantes, sejam elas de pesquisa, extensão ou mesmo ações inovadoras. No entanto, embora a UFV desenvolva ações que a qualifiquem como uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, seu processo de adesão ocorre lentamente. Quando observado o processo de adesão da UFV, nota-se que as primeiras reuniões ocorreram no ano de 2022 e ainda hoje, 2024, não foram encontrados registros que comprovem sua adesão. Isso pode indicar que mesmo sendo uma adesão aparentemente simples, ela não ocorre tão facilmente, o que nos permite inferir que há um processo de amadurecimento no âmbito da instituição antes da submissão de uma proposta de adesão à iniciativa global. Vale lembrar que se trata de um compromisso institucional que envolve um considerável contingente de servidores para a sua implementação, visto que para ser de fato uma Universidade Amiga da Pessoa Idosa, todos os setores e servidores precisam estar envolvidos e comprometidos.

Como destacado pela AFUGN, a participação na Rede Global Amiga das Pessoas Idosas não só consagra o compromisso da instituição com as pessoas mais velhas, mas também, demonstra a excelência da instituição na promoção do bem-estar dos alunos ao longo da vida. Esse compromisso parece ser levado muito a sério na UFV, tanto para alunos como para todo o seu público interno e, ainda que no momento de conclusão dessa dissertação ele não tenha se concretizado, pode-se afirmar, levando em conta todos os resultados apresentados, que a UFV já se comporta como Universidade Amiga da Pessoa Idosa.

Considerando que a iniciativa global ainda é incipiente no Brasil, considerando, ainda, a sua importância para o fortalecimento de uma rede de cuidados e de atenção à pessoa idosa, deixa-se como sugestão que outras pesquisas possam ser realizadas para acompanhar os avanços e para avaliar os impactos das universidades brasileiras amigas da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE-FRIENDLY UNIVERSITY GLOBAL NETWORK. Disponível em: <https://www.afugn.org/>. Acesso em: 02 jan.2024.

ASSIS, M. G., DIAS, R. C. e NECHA, R. M. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In ALCÂNTARA, A. O., CAMARANO, A. A. e GIACOMIN, K. C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. cap. 6, p. 199 - 209.

BARUSCH, A. S. Age-friendly cities: a social work perspective. **Journal of Gerontological Social Work**, Philadelphia, n. 56, v. 6, p. 465 – 472, 2013. DOI:10.1080/01634372.2013.826563. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/01634372.2013.826563?needAccess=true>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

BRASIL. **Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010**. Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 17 jun.2024.

BRASIL. **Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.842 de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações técnicas: Proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 12 jan.2024.

BUENO, H. M.O. SILVA, F. B. SOUZA, M. T. VIANA, D. M. O. TORRES, G. V. MARCONATO, A. M. P. Sexualidade e Envelhecimento: o conhecimento científico e sua abordagem no Ensino Superior. In: MARTINS, S.; NEBOT, C. A.; RIBEIRO, A. Q.;

VACCARO, S.; GIOVANA, M. (Orgs.). **A Universidade e o Envelhecimento Populacional: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil**. Viçosa, MG: UFV: IPPDS, 2023. Cap 1, p. 58-71.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2000.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 2, p. 1 - 8, dez., 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/957/737>. Acesso em: 02 nov. 2024

CACHIONI M. **Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2018.

CACHIONI, M.; DELFINO, L. L.; YASSUDA, M. S.; BATISTONI, S. S. T.; MELO, R. C. de.; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues da Costa. Bem-estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 3, n.20, p. 340-352, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v20n3/1809-9823-rbagg-20-03-00340.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Cap. 2, p. 81 – 116.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Cap. 1, p. 25-59.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Cap. 9, p. 253-292.

CLARK, P. G.; LEEDAHL, S. N. Becoming and being an Age-Friendly University (AFUGN): strategic considerations and practical implications. **Gerontology & Geriatrics Education**, Philadelphia, n. 40, v. 2, p. 166–178, fev, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02701960.2019.1579714>. Acesso em: 24 jan.2024.

COSTA, S. M. M.; SANTOS, Nilton B. dos. Mobilização social e princípios de envelhecimento ativo como estratégias de redução de vulnerabilidades das pessoas idosas. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v. 20, n. 3, p. 33-39, jul./set. 2018.

COSTA, M. F. B. N. A. MATOS, F. M. Contribuições das universidades para o envelhecimento ativo. In: MARTINS, S.; NEBOT, C. A.; RIBEIRO, A. Q.; VACCARO, S.; GIOVANA, M. (Orgs.). **A Universidade e o Envelhecimento Populacional: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil**. Viçosa, MG: UFV: IPPDS, 2023. Cap 1, p. 45-57.

FENALTI, R. C. S.; SCHWARTZ, G.M. Universidade aberta à terceira idade e a perspectiva de ressignificação do lazer. **Rev. Paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 131-141, jul./dez., 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/137555/133187>. Acesso em: 05 mar.2024.

FERNANDES, C. A. C.; MEUCCI, A.; GEREMIAS, B. M. A importância do reconhecimento familiar dos idosos estudantes na decisão de ingressar e permanecer no Ensino Superior. In: PINHEIRO, J. (Org.). **Olhares Sobre o Envelhecimento: estudos interdisciplinares**, v. 2. Funchal, PT: Centro de Desenvolvimento Acadêmico; Universidade da Madeira, 2021. Cap.1; p. 1-12.

FERNANDES. C. A. C. **Idosos universitários e Reconhecimento: acesso, permanência e os desafios na Universidade Federal de Viçosa**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020. Disponível em: <http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/CAMILAAPARECIDA-CARNEIRO-FERNANDES1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FERNANDES, C. do C. P.; BONFIM, E.P.G.; SENA, E. B. de.; PEREIRA, P. H. Além dos trilhos: convivência virtual e educação financeira para o envelhecimento ativo. In: MARTINS, S.; NEBOT, C. A.; RIBEIRO, A. Q.; VACCARO, S.; GIOVANA, M. (Orgs.). **A Universidade e o Envelhecimento Populacional: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil**. Viçosa, MG: UFV: IPPDS, 2023. Cap 2, p. 123-137.

FERREIRA, A. P.; TEIXEIRA, S. M. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 160-173, jan./jun., 2014.

FINDSEN, B. The engagement of universities in older adult education in Aotearoa New Zealand. **Australian Journal of Adult Learning**, v. 57, n. 3, p. 366–383, nov., 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. 2009.

FONSECA, S.C. (Org.) **O Envelhecimento ativo e seus fundamentos**. 1. ed. São Paulo: Portal Edições, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOVINAZZO, R. **Focus Group em Pesquisa Qualitativa- Fundamentos e Reflexões**. Disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1319>> Acessado em 10 Abr. 2024.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2005.

GOMES, L.; LOURES, M. C.; ALENCAR, J.. Universidades abertas da terceira idade. **História da Educação**, Pelotas, n. 17, p. 119-135, abr. 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Participação de Idosas em uma Universidade da Terceira Idade: Motivos e Mudanças Ocorridas. **Psic. Teor. Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 211-216, jun., 2008.

KALACHE, A. **Um mundo mais velho**: o elo se fecha. Veja, São Paulo, n. 1912, p. 11-15 jul. 2005.

LIDDLE, J.; SCHARF, T.; BARTLAM, B.; BERNARD, M.; SIM, J. Exploring the age-friendliness of purpose-built retirement communities: Evidence from England. **Ageing & Society**, Cambridge, v. 34, n. 9, p. 1601 – 1629, jun., 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ageing-and-society/article/exploring-the-agefriendliness-of-purposebuilt-retirement-communities-evidence-from-england/683A104DA30D925A6C00B69CB383B58E>. Acesso em: 14 jun.2024.

LIMA, J. R.; SILVA, M. do R. de F. Conselho de Direitos da Pessoa Idosa: instrumento de participação e protagonismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, p. 366-382, 2014.

LIMA, F.P.S de.; DUTRA, L. N. L.; NOVAES, L. F.; FERNANDES, I.S.; BRECH, G.C.; SALLES, R. J. Corpo temporal e sexualidade atemporal: um conflito na velhice. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 11(9), 2022.

LINS, T. Gerontologia educacional brasileira: causas e consequências do seu Estado embrionário e das suas áreas majoritárias de atuação. **Revista Interseção**, 1(1), 49-61. 2020.

MANHÃES, F. C.; ISTOE, R. S. C.; SOUZA, C. H. M. de (Orgs.). **Envelhecimento em Foco**: abordagens interdisciplinares II. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2015.

MARTÍN GARCÍA, A. V. **Educación y envejecimiento**. Barcelona: PPU; 1994.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, S. NEBOT, C. P. RIBEIRO, A. Q. VACCARO. S. GIOVANA, M. **A Universidade e o Envelhecimento Populacional**: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil. Viçosa, MG: UFV, IPPDS, 2023.

MARTINS, S.; RIBEIRO, A. Q. Das Políticas às ações: Direitos da Pessoa Idosa no Brasil. **Revista Científica de Direitos Humanos**. Brasília, v.1, p. 58 – 81, nov. 2018.

MENEC, V.; BROWN, C. Facilitators and barriers to becoming age-friendly: A review. **Journal of Aging & Social Policy**, Massachusetts, p. 1–23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08959420.2018.1528116>. Acesso em: 17 out. 2024.

NACIONES UNIDAS. Plan de acción de Viena sobre el envejecimiento. In: ASAMBLEA MUNDIAL SOBRE EL ENVEJECIMIENTO, 1982, Viena, AT, Nações Unidas, 1982. Disponível em:

https://www.gerontologia.org/portal/archivosUpload/Plan_Viena_sobre_Envejecimiento_1982.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento Ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030**. Brasília: OPAS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52902>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

PACHECO, J. L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

PEIXOTO, C. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In VERAS, R. P. (Org.). **Terceira Idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: UnATI/UERJ, 1997. Cap. 3, p. 41-74.

PSTROSS, M.; CORRIGAN, T.; KNOPF, R. C.; SUNG, H.; TALMAGE, C. A.; CONROY, C.; FOWLEY, C. The benefits of intergenerational learning in higher education: Lessons learned from two age friendly university programs. **Innovative Higher Education**, Athens, v. 42, n. 2, p. 157–171, jul., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10755-016-9371-x>. Acesso em: 01 set. 2024.

REZENDE, L. M.; RAMOS, K. L. Reflexões sobre o papel das universidades no contexto de envelhecimento populacional brasileiro. In: MARTINS, S.; NEBOT, C. A.; RIBEIRO, A. Q.; VACCARO, S.; GIOVANA, M. (Orgs.). **A Universidade e o Envelhecimento Populacional**: Diálogos e Experiências em Construção no Brasil. Viçosa, MG: UFV: IPPDS, 2023. Cap 1, p. 11-27.

RIBEIRO, A. Q.; OLIVEIRA, I. M. Programas de Atendimento ao Idoso em Viçosa: A Experiência do “Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)”. In: Mafra, S. (Org.). **Faces do Envelhecimento**. 1 ed. Viçosa: Editora UFV, 2014. Cap. 2, p. 31-36.

SOUSA, M. S. C.; DE SOUSA, D. N. Estratégias de ensino-aprendizagem de língua estrangeira no contexto da gerontologia. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 9, vol. 2, p. 268-277, jul., 2019.

TALMAGE, C. A.; MARK, R.; SLOWEY, M.; KNOPF, R. C. Age Friendly Universities and engagement with older adults: Moving from principles to practice. **International Journal of Lifelong Education**, London, v. 35, n. 5, p. 537–554, sep., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02601370.2016.1224040>. Acesso em: 15 abr.2024.

VAN MAANEN, J. Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research: A Preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979.

VERAS, R. P.; CAMARGO Jr.; K. R. de. Idosos e Universidade: parceria para a qualidade de vida. In: VERAS, R. P. (Org.). **Terceira Idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995. Cap. 1, p. 23- 36.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004.